Comunicações do
V Simpósio Internacional

Metafísica & Ética

memória e esquecimento

Organizadores:
Pe. Márcio Antônio de Paiva
Pe. Ibraim Vitor de Oliveira

80 anos Filosofia
PUC Minas

Organizadores

Pe. Márcio Antônio de Paiva
Pe. Ibraim Vitor de Oliveira

COMUNICAÇÕES DO V SIMPÓSIO INTERNACIONAL METAFÍSICA & ÉTICA: memória e esquecimento

Belo Horizonte
PUC Minas
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C741 Comunicações do V Simpósio Internacional Metafísica & Ética [recurso eletrônico] : memória e esquecimento / organizadores Pe. Márcio Antônio de Paiva, Pe. Ibraim Vitor de Oliveira. Belo Horizonte: PUC Minas, 2025.
E-book (62 p.).

ISBN: 978-65-5295-022-2

1. Eventos (Filosofia). 2. Metafísica. 3. Ética. I. Paiva, Márcio Antônio de. II. Oliveira, Ibraim Vitor de. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Instituto de Filosofia e Teologia Dom João Resende Costa. Departamento de Filosofia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 111

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

ADMINISTRAÇÃO DA PUC MINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

REITOR

Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

PRÓ - REITORES

Extensão: Profª. Drª. Cláudia Venturini

Gestão Financeira: Prof. Me. Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

Graduação: Prof. Me. Eugênio Batista Leite

Logística e Infraestrutura: Prof. Me. Rômulo Albertini Rigueira

Pesquisa e de Pós - graduação: Prof. Dr. Martinho Campolina Rebello Horta

Recursos Humanos: Profª. Drª. Liza Fensterseifer

SECRETARIAS

Secretaria de Comunicação: Prof. Dr. Mozahir Salomão Bruck

Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários: Prof. Dr. Jorge Sündermann

Secretaria Geral: Profª. Drª. Anne Shirley de Oliveira Rezende Martins

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Prof. Dr. Marcos André Silveira Kutova

PRÓ - REITORES ADJUNTOS

Barreiro: Prof. Dr. Luis Renato Junqueira

Betim: Prof. Dr. Rafahel Carvalho de Souza

Contagem: Prof. Me. Lúcio Mauro Pereira

Lourdes: Prof. Me. Carlos Barreto Ribas

Poços de Caldas: Prof. Dr. Iran Calixto Abrão

São Gabriel: Prof. Me. Tarcísio José de Almeida

COORDENADORES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVOS DE CAMPUS

Arcos: Prof. Me. Eugênio Batista Leite

Serro: Profª. Dra. Wilba Lúcia Maia Bernardes

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Profª. Drª. Cláudia Venturini

PRODUÇÃO ACADÊMICA E PUBLICAÇÕES

Formatação e Diagramação

Prof. Dr. Robson Figueiredo Brito

Profª. Drª. Renata Dumont Flecha

Profª. Drª. Maria Madalena Loredo Neta

Januza Caroline Gonçalves Correia

Capa

Izabela Silva Moreira

Gabriel Maia de Araújo – aluno do curso de Cinema da PUC Minas

Vinícios Miguel Bernardes de Jesus – aluno do curso de Cinema da PUC Minas

APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Pe. Ibraim Vitor de Oliveira*

INCIPE!

As "comunicações" tornaram-se parte indispensável de qualquer simpósio, em especial, de filosofia; são responsáveis por sua vitalidade reflexiva. Em primeiro lugar, porque elas expressam a disposição particular dos participantes em se lançar nas circunstâncias específicas do evento, já que os proponentes das comunicações, mesmo que devam se adequar a certos grupos temáticos, não respondem a um convite específico no que tange ao tema ou ao conteúdo a ser exposto, e nem a qualquer tipo de contrato que exija a sua presença. Trata-se, portanto, de escolha em todos os níveis, assegurando, assim, a disposição em contribuir com a reflexão filosófica e com o sucesso do próprio evento que intenta unir *ensino*, *pesquisa* e *extensão*. Em segundo lugar, elas revelam a disposição intelectual de cada pesquisador na busca pela verdade. Mas, de qual verdade? Ainda não se sabe, pois um caminho deve ser percorrido; eis o motivo pelo qual a comunicação deve ser feita. Trata-se de dispor o próprio intelecto (de *intus* + *legere* = *ler dentro*) para que "leia dentro" da proposta escolhida e lhe esclareça o núcleo, a partir de onde irradiarão, com coerência, as argumentações coadjuvantes. E a verdade? Dá-se conta de que ela não é um produto, mas o horizonte que, sem cessar, anima qualquer busca. Assim, cada comunicação se insere na "pesquisa sobre a verdade (ἡ περὶ τῆς ἀληθείας θεωρία)", como diz Aristóteles em sua *Metafísica* (993a 30). Considerando que o horizonte da verdade circunda todas as atividades do Simpósio, cabe às comunicações indicar as diversas direções e nuances de caminhos possíveis. E, como diz Heráclito (*Fragmento* 45), no que toca à busca pela verdade, "mesmo quem percorre todo o caminho, não encontra os limites do conhecimento, tão profundo é o *logos* que possui" (ψυχῆς πείρατα ἰὼν οὐκ ἂν ἐξεύροι ὁ πᾶσαν ἐπιπορευόμενος ὁδόν οὕτω βαθὺν λόγον ἔχει).

* Doutor em Filosofia pela PUG (Roma). Professor do Departamento de Filosofia da PUC Minas. E-mail: ibraimvitorivo@gmail.com.

Contudo, este *e-book* é apenas uma coleção de resumos das comunicações que serão proferidas nos dias 28 e 29 de outubro, em sessões a partir das 14h. Mas os resumos, enquanto tais, revelam muito mais; são indicativos óbvios de que se deu início a uma reflexão, de que alguém teve coragem e ousadia de iniciar uma tarefa do espírito, alguém se dispôs a "ler dentro" de algum assunto e a comunicar sua pesquisa ou sua atividade extensionista. É, no mínimo, brilhante o que diz Horácio (*Ep*. 1. 2. 40) a esse respeito: "quem inicia tem já a metade da obra: ousa saber! Inicia!" ("*Dimidium facti, qui coepit, habet: Sapere aude!* ***Incipe!***").

SUMÁRIO

DIVISÃO GERAL DOS GRUPOS TEMÁTICOS E COMUNICAÇÕES.....5

RESUMOS – 27/10/2025 (TERÇA-FEIRA) – 14h-17h

GRUPO 1: ÉTICA E METAFÍSICA.....11

GRUPO 2: HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA.....15

GRUPO 3: HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA.....19

GRUPO 4: METAFÍSICA E FENOMENOLOGIA.....23

GRUPO 5: METAFÍSICA E TECNOCIÊNCIA.....27

GRUPO 6: ÉTICA, METAFÍSICA E ECOLOGIA.....31

RESUMOS - 29/10/25 (quarta-feira) – 14h-17h

GRUPO 1: ÉTICA E METAFÍSICA.....35

GRUPO 2: ÉTICA E METAFÍSICA.....39

GRUPO 3: HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA.....43

GRUPO 4: METAFÍSICA E AFETIVIDADE.....48

GRUPO 5: METAFÍSICA E FENOMENOLOGIA.....52

GRUPO 6: METAFÍSICA E TECNOCIÊNCIA.....56

REFERÊNCIAS.....60

DIVISÃO GERAL DOS GRUPOS TEMÁTICOS E COMUNICAÇÕES

28/10/25 (terça-feira) – 14h-17h
Prédio 04 – Instituto de Filosofia e Teologia Dom João (**IFTDJ**)

GRUPO 1: ÉTICA E METAFÍSICA
Moderador: Prof. Dr. Pe.Wellington Santos
14h-17h – Sala 110

DA PRESSÃO À ASPIRAÇÃO: Moral Aberta e Metafísica da Memória em Henri Bergson
Wellington Santos

QUAL O DIREITO DA DEMOCRACIA QUE VEM?
Rafael Navarro

FUNDAMENTOS PARA UMA ÉTICA RELACIONAL EM MARTIN BUBER
Kedson Luan De Souza Borges Barreto

O LUGAR DE DEUS NO PENSAMENTO DE PAUL GILBERT
João Batista Pinheiro de Souza

SUBSTÂNCIA INDIVIDUAL EM LEIBNIZ
Alisson Martins Rodrigues

GRUPO 2: HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA
Moderador: Prof. Dr. Fernando Placides
14h-17h – Sala 111

A AUSÊNCIA DE UM CENTRO DE AGÊNCIA NAS OBRAS DE HOMERO: Funções e Faces da Psyché Pré-Filosófica
Marinho Mendes

O ABSOLUTO COMO REMEMORAÇÃO (*EINERUNG*) DO ESPÍRITO CONSCIENTE DE SI.
Lucas Roberto Paiva

METAFÍSICAS BRUTAIS: LIMITES DAS CONCEPÇÕES REDUCIONISTAS DA NATUREZA HUMANA
José Costa-Júnior

O SEQUESTRO DA AUTONOMIA PELA INDÚSTRIA CULTURAL: DA MANIPULAÇÃO DA VONTADE À ALIENAÇÃO DE SI
Rafael Junio Mendes Moreira

GRUPO 3: HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA
Moderadora: Profa. Ms. Valéria Lima Bontempo
14h-17h – Sala 112

SOBRE A CONDIÇÃO HUMANA: NOTAS PARA UM NOVO HUMANISMO
Valéria Lima Bontempo

O NOVO HUMANISMO DE FRANZ FANON: UNIVERSALIDADE CONCRETA PARA TRANSCENDER O RESSENTIMENTO HISTÓRICO
Wesley Leonel

SOBRE O HUMANO PARA ALÉM DA LEI: UMA BREVE REFLEXÃO A PARTIR DE AGAMBEN E BATAILLE
Pedro Vasques.

ESTUDO CRÍTICO DE ENUNCIADOS DA DES-INFORMAÇÃO À LUZ DE PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA
Iago Alves de Almeida Morais

O CONCEITO DE INDIVÍDUO EM KIERKEGAARD
Paulo Victor Queiroz Soares

GRUPO 4: METAFÍSICA E FENOMENOLOGIA
Moderador: Prof. Ms. Ângelo José Salvador
14h-17h – Sala 104

METAFÍSICA E EPISTEMOLOGIA EM IMMANUEL KANT E SUA RELAÇÃO COM A CIÊNCIA DA RELIGIÃO DE FRIEDRICH MAX MÜLLER
Ângelo José Salvador

FENOMENOLOGIA DO SER BRASILEIRO: ONTOLOGIA E ESTÉTICA DO INVERSO
Reygson Max Parreiras

OS LIMITES DA REDUÇÃO FENOMENOLÓGICA: UM DEBATE ENTRE HUSSERL E SARTRE
Raul Signorini

A TEORIA DOS SIGNOS DE HUSSERL (1890-1914)
Saulo Grassi Mendonça

SOBRE AS MORTES IMPRÓPRIAS EM HEIDEGGER
Bruno Fonseca

GRUPO 5: METAFÍSICA E TECNOCIÊNCIA
Moderador: Prof. André de Sousa Silva
14h-17h – Sala 106

A METAFÍSICA NA CIÊNCIA DA MENTE
André de Sousa Silva

BIOTECNOLOGIA: DESAFIO E VIA DE SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE HUMANA
José Carlos Moreira

HUMANISMO, TRANSUMANISMO E A AUTODEIFICAÇÃO DO HOMEM
Mateus Cimini

AS CIÊNCIAS NA ERA POLIFÔNICA: NOTAS SOBRE A NECESSIDADE DE UMA FILOSOFIA FUNDAMENTAL DE BASE ANTROPOLÓGICA.
Zuenir de Oliveira Neves

O CONCEITO DE INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: É POSSÍVEL ESTABELECER UMA DEFINIÇÃO COM PERSPECTIVA ONTOLÓGICA?
Jonas Reis Jr

GRUPO 6: ÉTICA, METAFÍSICA E ECOLOGIA
Moderador: Prof. André Luís Gonçalves
14h-17h – Sala 102

ÉTICA E DIÁLOGO: A EXPERIÊNCIA COLABORATIVA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM FILOSOFIA
André Luís Gonçalves

ECOSOFIA E O TRÁGICO: ENTRE A MORTE DA NATUREZA E O CULTO AO DINHEIRO **-**
Luiz Magno Marques de Abreu

INJUSTIÇA EPISTÊMICA E DESIGUALDADE ESTRUTURAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EPISTEMOLOGIA SOCIAL
Júlia Gomes Milo Canela

60 ANOS *DE NOSTRA AETATE*: MEMORIA, ESQUECIMENTO, DIÁLOGO
Rémi Caucanas

ATELIÊ POESIA E VIDA: FILOSOFIA E HUMANISMO NÃO REDUCIONISTAS NO ENCONTRO EXTENSIONISTA ENTRE JOVENS E IDOSOS
David Rodrigues Camargos

29/10/25 (quarta-feira) – 14h-17h
Prédio 04 – Instituto de Filosofia e Teologia Dom João (**IFTDJ**)

GRUPO 1: ÉTICA E METAFÍSICA
Moderador: Prof. René Dentz
14h-17h – Sala 102

ENTRE O NÃO-DITO E O INDECIDÍVEL: O PERDÃO COMO ÉTICA PÓS-ABSOLUTA
René Dentz

A ÉTICA DE LACAN COMO UMA BÚSSOLA DO DESEJO
Ana Xavier

EXPERIÊNCIAS DE QUASE-MORTE: IMPLICAÇÕES ÉTICAS E METAFÍSICAS
José Francisco Fernandes Júnior

A POSSIBILIDADE DA ETICIDADE INCORPORADA NAS PEGADAS DE MAURICE MERLEAU-PONTY
Vagner Moreira da Silva

DIÁLOGOS ENTRE EMMANUEL LEVINAS E ENRIQUE DUSSEL: conjecturas sobre os fundamentos de uma ética da realidade
Igor Alves Noberto Soares

GRUPO 2: ÉTICA E METAFÍSICA
Moderador: Prof. Thiago Teixeira
14h-17h – Sala 106

A MANIPULAÇÃO POLÍTICA DO ESQUECIMENTO: O RACISMO COMO CONSTRUÇÃO DO NÃO-SER
Thiago Teixeira

CONSCIÊNCIA MORAL: SENTIDO E CRISE EM LIMA VAZ
Lucas de Souza Martins

ÉTICA E METAFÍSICA NO CRÍTON DE PLATÃO: JUSTIÇAS CONTINGENTES E FORMA INTELIGÍVEL DE JUSTIÇA
Lucas Abreu Lacerda

MAPAS MORAIS DA HUMANIDADE: A ANTROPOLOGIA KANTIANA COMO PROJETO ÉTICO-TELEOLÓGICO
Daniel Ribeiro Vieira

A MORTE DE DEUS COMO FUNDAMENTAÇÃO LOGICA PARA A O ÜBERMENSCH ENQUANTO TÓPICO MORAL
Pedro Felipe de Jesus Oliveira

GRUPO 3: HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA
Moderador: Prof. Dr. Robson Figueiredo Brito
14h-17h – Sala 104

JOGOS EDUCATIVOS NO ENSINO DE FILOSOFIA: INTERDISCIPLINARIDADE E HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA
Robson Figueiredo Brito

LER COM A PROEX: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA E FORMAÇÃO FILOSÓFICA A PARTIR DO HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA
Izabela Silva Moreira

SEMEAR ESPERANÇA: HUMANISMO E INCLUSÃO NO PROGRAMA APAC DE EXTENSÃO
Matheus Lopes Coelho

RODAS DE CONVERSA NA APAC: EXPERIÊNCIAS DE ESCUTA, CUIDADO E RESSIGNIFICAÇÃO
Maria Eduarda de Aquino Santos

CINEMA E FILOSOFIA: A SÉTIMA ARTE - ESPELHO CRÍTICO DA SOCIEDADE E HORIZONTE PARA UM HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA – PROPOSTA DE EXTENSÃO INOVADORA
Alexandre José Rabelo Peixoto

GRUPO 4: METAFÍSICA E AFETIVIDADE
Moderador: Prof. Dr. Fabiano Veliq
14h-17h – Sala 112

O CONCEITO DA IMORTALIDADE DIGITAL E O IMPACTO DESSE CONCEITO NA VIVÊNCIA DO LUTO CONTEMPORÂNEO
Fabiano Veliq e Sabrina Ferreira Vieira (Bolsista FIP)

IMORTALIDADE DIGITAL E A RELAÇÃO COM O OUTRO
Jordana Greco Ferreira

FILOSOFIA, LITERATURA E A SUBVERSÃO MORAL: DIÁLOGOS ENTRE NIETZSCHE E OSCAR WILDE
Marcos Jovanaci Siqueira

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EMOCIONAL: UMA ANÁLISE ÉTICA DOS CHATBOTS RELACIONAIS
Ariel Ribeiro Tolentino

A PROPOSIÇÃO OMNIS HOMO DE NECESSITATE EST ANIMAL NA METAFÍSICA TOMISTA: NECESSIDADE ONTOLÓGICA E IMPLICAÇÕES ÉTICAS.
Mario Cesar de Barros Gonche

GRUPO 5: METAFÍSICA E FENOMENOLOGIA
Moderador: Prof. Dr. Clécio Luiz Silva Júnior
14h-17h – Sala 111

DASEIN UND *ZEITLICHKEIT*: A PROPOSTA ONTOLÓGICO-FUNDAMENTAL DE MARTIN HEIDEGGER EM SER E TEMPO
Jorge Eduardo Pineda Carrillo

O COTIDIANO SER-AÍ E O FENÔMENO DA ANGÚSTIA, EM SER E TEMPO: ESQUECIMENTO E MEMÓRIA DE SER
Paulo Henrique Alves de Souza

A FENOMENOLOGIA DA TEIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E O CARÁTER PROCESSUAL DA AÇÃO NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT
Jose Luiz de Oliveira

O CORPO COMO UM CAMINHO TELEOLÓGICO EM EDITH STEIN
Tarcísio Victor Taveira

KANT E O RESGATE DO PENSAMENTO METAFÍSICO: UMA LEITURA FENOMENOLÓGICA DA CRÍTICA DA RAZÃO PURA
Euder Daniane Canuto Monteiro

GRUPO 6: METAFÍSICA E TECNOCIÊNCIA
Moderador: Prof. Paulo Andrade Vitória
14h-17h – Sala 110

O PAPEL DA METAFÍSICA NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A ESTRUTURA DA REALIDADE
Paulo Andrade Vitória

O PARADOXO DA "OPINIÃO FALSA": UM IMPASSE NA BUSCA PLATÔNICA PELA DEFINIÇÃO DO CONHECIMENTO EM TEETETO
Tiago José Quadros Pereira

A ATIVIDADE CRIADORA DO DEMIURGO NO *TIMEU*: O MUNDO COMO PARTICIPANTE DO BEM
Juan Vitor Moreira Silva

O MÉTODO TRANSCENDENTAL DE BERNARD LONERGAN
Victor Hugo Silva

ENTRE VERDADE E MENTIRA: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SEGUNDO NIETZSCHE
Wesley Afonso

CADERNO DE RESUMOS

28/10/25 (terça-feira) – 14h-17h
Prédio 04 – Instituto de Filosofia e Teologia Dom João (**IFTDJ**)

GRUPO 1: ÉTICA E METAFÍSICA
Moderador: Prof. Dr. Pe.Wellington Santos
14h-17h – Sala 110

DA PRESSÃO À ASPIRAÇÃO: MORAL ABERTA E METAFÍSICA DA MEMÓRIA EM HENRI BERGSON

Wellington Santos*

Esta comunicação, que se enquadra no grupo temático Ética e metafísica, propõe uma reflexão sobre moralidade e memória, tomando como referência a filosofia de Henri Bergson. Nosso objetivo é analisar a relação entre a Moral Aberta e Memória, compreendidas como dimensões fundamentais da vida espiritual e social, que são capazes de lançar luzes sobre os desafios éticos contemporâneos, especialmente diante da crise de sentido, do esquecimento histórico e do fechamento que caracterizam nosso tempo. Partiremos da distinção de Moral Fechada e Moral Aberta, apresentada por Bergson na obra *As duas fontes da moral e da religião*. A primeira é movida pela pressão social, pelo imperativo "tem de ser porque tem de ser", pela necessidade de coesão do grupo. A segunda, Moral Aberta, nasce da aspiração e da força criadora do amor, própria dos heróis, místicos e santos, que inspiram todos ao seu redor e impulsiona a humanidade para além de suas fronteiras naturais e históricas. Com isso, ela representa uma elevação da vida ao nível da criação e da liberdade, em que o agir ético se torna expressão de um impulso metafísico. Recorreremos ao modo como Bergson apresenta a memória, para compreender plenamente essa abertura da moral. Para ele, a memória não é simples registro do passado, mas duração viva, que constituiu a própria continuidade do eu e permite à consciência integrar o passado ao presente, abrindo o futuro como campo da liberdade. Assim, a moral aberta e a memória se interligam: ambas se opõem ao automatismo e ao esquecimento que aprisionam o espírito no hábito e no conformismo, e apontam para a dimensão criadora da existência. Para isso, utilizaremos o método hermenêutico, extraindo da filosofia de Bergson como a memória sustenta a possibilidade de uma moral criadora e universal. Este estudo conclui que a articulação entre a metafísica da memória e moral aberta oferecem bases éticas para a nossa sociedade. A memória viva, enquanto duração criadora, impede que o passado seja esquecido ou reduzido à simples repetição. Entre a pressão e a aspiração, temos uma moral que não se limita a normas, mas se renova continuamente no impulso do amor e da vida.
PALAVRAS-CHAVE: Henri Bergson; moral aberta; memória; ética; metafísica.

* Doutorando em Filosofia. Professor de Filosofia da PUC Minas. E-mail: wellin.san@gmail.com.

QUAL O DIREITO DA DEMOCRACIA QUE VEM?

Rafael Navarro*

Qual o Direito da política que vem? Aqui se formula um esboço da transição do modelo de autonomia para o da responsabilidade, em que a forma-de-vida democrática se institui como finalidade do Estado. O marco teórico é a filosofia política de Agamben, com ênfase nos textos *Opus Dei* e *Altíssima pobreza*, para relacionar regras constitutivas e ação política, determinando a forma-de-vida como fundamento da sociedade democrática. Em *O reino e a glória*, Agamben identifica o "arcano central da política" não na soberania, mas no governo, na "máquina governamental". Em *Opus Dei*, ele propõe uma arqueologia da ação, centrada no atuar vicarial, compreendido pelo paradigma da liturgia. Agamben inicia pela origem do termo leitourgia (de *laos*, "povo", e *ergon*, "obra"), que designava originalmente prestações de serviços públicos à polis. O significado era predominantemente político. O processo significativo, para Agamben, é a conversão desse termo político para designar o sacro ofício do sacerdote, tornando o clero o único vicariato intitulado a aplicar a Lei divina. Essa tradução, exemplificada na *Septuaginta* (e.g., Ex 23,20), consolida um "sacerdócio régio" (basileion hierateuma), amalgamando funções políticas e cultuais. Assim, a liturgia torna-se o paradigma da aplicação da Lei soberana, seja divina ou estatal. A liturgia da Igreja é compreendida a partir da distinção entre *opus operatum* (ato válido objetivamente) e *opus operantis* (ato qualificado pela intenção do agente). O Concílio de Trento consolida a eficácia *ex opere operato* independente da subjetividade ou virtude do ministro. Cria-se o paradoxo de uma ação que se efetiva no mundo sem ser verdadeiramente realizada por um agente mundano – o sacerdote passa a ser um "instrumento animado". Essa estrutura, quando secularizada, manifesta-se no vicário estatal que aplica o Direito: o Direito age, mas nenhum indivíduo é seu autor. A ética genuína, que avalia o vínculo entre finalidade, meios e modo de ser do agente, é anulada em favor de uma eficácia funcional. No Direito democrático, a forma-de-vida manifesta-se na liberdade de compreensão e apropriação da regra. O sintagma franciscano *regula et vitae* significa a neutralização e transformação de ambas numa "forma-de-vida". Não se trata de aplicar uma forma à vida, mas de viver de acordo com aquela forma, de modo que a vida, ao segui-la, torna-se forma e coincide com ela.
PALAVRAS-CHAVE: Agamben; liturgia; ontologia; ética; filosofia do direito.

FUNDAMENTOS PARA UMA ÉTICA RELACIONAL EM MARTIN BUBER

Kedson Luan de Souza Borges Barreto**

Este texto propõe uma reflexão fundamentada em um projeto de pesquisa voltado à compreensão do sentido da existência humana e de sua dimensão ética, a partir da filosofia de Martin Buber. O ponto de partida é o questionamento sobre o lugar do homem no mundo e o consequente movimento de busca por sentido. Para o autor, o homem só pode iniciar verdadeiramente o caminho de sua existência por meio da autocontemplação – não como um exercício de egocentrismo, mas como um mergulho no "eu profundo", aquele que se reconhece

* Doutor em Filosofia do Direito – PUC Minas. E-mail: kendernavarro@gmail.com.

** Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: kedsonborges@outlook.com.

em relação com o mundo e com os outros. Assim, o sujeito se constitui como Eu apenas quando se relaciona com o outro, num processo mediado pelas relações intersubjetivas. Nesse contexto, o agir ético é compreendido como uma construção que emerge do encontro entre os homens e de suas diferenças. Discutir a ética e sua presença na humanidade, portanto, é sempre um exercício de diálogo e reflexão, pois as divergências de pensamento tornam o debate um espaço fértil de questionamento e aprendizado. Essa inquietação diante do agir ético nas relações humanas transforma o tema em um dos eixos centrais da filosofia contemporânea. A pesquisa propõe, assim, uma análise das relações intersubjetivas a partir da perspectiva buberiana, defendendo uma ética baseada no respeito, na responsabilidade e na reciprocidade. Nessa visão, o outro não deve ser reduzido a um meio para a realização individual, mas reconhecido como um fim em si mesmo. Essa postura ética rompe com o individualismo e convida à construção de uma convivência pautada pelo reconhecimento mútuo e pela abertura ao outro. Além disso, a proposta ressalta a importância de recuperar a dimensão transcendente na contemporaneidade, entendendo-a como possível fundamento para a ética e para a própria existência humana. Segundo nosso autor, o homem que se perde no egoísmo reencontra o caminho para Deus – ou para o Tu eterno – quando se transforma interiormente e volta a abrir-se ao outro. A transcendência, portanto, manifesta-se na relação genuína entre o Eu e o Tu, em que o ser humano se torna capaz de experimentar o sagrado por meio do encontro interpessoal. Dessa forma, o estudo busca evidenciar que as relações intersubjetivas constituem o alicerce de uma ética renovada, centrada no respeito, na responsabilidade e na transcendência – valores essenciais para a construção de uma existência verdadeiramente humana e relacional.
PALAVRAS-CHAVE: intersubjetividade; ética; transcendência; relação eu-tu; autocontemplação.

O LUGAR DE DEUS NO PENSAMENTO DE PAUL GILBERT

João Batista Pinheiro de Souza*

É conhecida a tese de Gilson sobre a metafísica do Êxodo. Esta expressão não pretende significar a existência, na Revelação, de axiomas metafísicos. Gilson, e nisso ele resgata uma longa tradição dos Padres da Igreja, apenas pretendia dizer que a Revelação impulsiona e fornece novas categorias à metafísica. No entanto, essa tese gilsoniana provocou reações fortes dos exegetas. De fato, se o texto de Êxodo 3, 14 é uma metafísica apenas em potência, a metafísica torna-se o ato da própria Revelação e caímos no risco de racionalismo. Essas críticas à tese da metafísica do Êxodo, iniciada já por Maritain, recebe um incremento ainda maior com André-Marie Dubarle. Segundo ele, o texto bíblico de Êxodo 3, 14 não contém o nome de Deus. Ao dizer "Eu sou o que Sou", Deus não estaria, de forma alguma, revelando seu nome. Pelo contrário, estaria se negando a fazê-lo e se ocultando no mistério. Dubarle argumenta que se se pretende manter a interpretação de Gilson, haveria uma duplicidade inconciliável de interpretações: a perspectiva filosófica estaria em absoluto confronto com a perspectiva exegética. Desde então, e para superar esse impasse, diversos autores, a começar pelo próprio Gilson, retornaram ao pensamento de São Tomás no intuito de desvinculá-lo do racionalismo imposto pela segunda escolástica, alvo privilegiado das críticas de Heidegger relativas à onto-teo-logia. Qual a posição do eminente filósofo Paul Gilbert SJ nesse tema? Enquanto somos, é a partir de um dom que nos antecede que se estabelecem os termos analógicos para se falar de Deus? Nossa própria incapacidade de expressar plenamente o que

* Mestrando em Filosofia – FAJE. E-mail: souzajbp1618@gmail.com.

somos nos mostra o quanto não somos por nós, mas sempre dependentes do que não somos, isto é, como nosso ser é recebido, doado a nós por um dom maior. Nossa presença diante de nós mesmos, portanto, nos remete a uma presença que nos ultrapassa, sinalizando-a. O que Gilbert propõe aqui é uma linguagem que articula a via de eminência, que transporta para Deus o que encontramos no espírito humano e nas demais criaturas, mas de modo eminente e superabundante; a via positiva, que admite que os termos transcendentais podem ser tomados das próprias criaturas analogicamente; e a via negativa, ao afirmar que Deus não é bom, verdadeiro e belo tal como o homem e as criaturas.
PALAVRAS-CHAVE: Deus; Paul Gilbert; onto-teo-logia; analogia.

SUBSTÂNCIA INDIVIDUAL EM LEIBNIZ

Alisson Martins Rodrigues*

A questão sobre quem é o verdadeiro agente nos eventos do mundo se é Deus ou a criatura, constitui uma das clássicas inquietações filosóficas postas ao longo da história da Filosofia. No parágrafo 8 do *Discurso*, Leibniz posiciona-se criticamente diante das duas correntes extremas que marcaram o debate de seu tempo: de um lado, os ocasionalistas – como Malebranche –, que atribuíam todas as ações a Deus, negando às criaturas qualquer agência própria; de outro, os que concebiam Deus como um criador que apenas conserva o mundo e suas leis, delegando à criatura a atuação a partir da força originária recebida – como Descartes. Entre essas posturas, Leibniz propõe uma solução intermediária, recuperando um princípio aristotélico-escolástico expresso na fórmula latina *actiones sunt suppositorum*. A partir dessa questão, Leibniz inicia sua concepção da substância como sujeito último ao qual predicados se atribuem, e que, por sua vez, não é predicado de nada. A definição tradicional de substância individual como um sujeito que recebe múltiplos predicados e não se atribui a nenhum outro é, para ele, apenas uma definição nominal – insuficiente para o rigor da investigação metafísica. "É bem verdade que, quando se atribuem vários predicados a um mesmo sujeito e este sujeito se não atribui a nenhum outro, se lhe chama substância individual; mas isso não é suficiente, e uma tal explicação é apenas nominal". Segundo o filósofo, toda predicação verdadeira deve ter um fundamento na natureza das coisas. Isso significa que, mesmo quando o predicado não está contido de modo explícito no sujeito, ele deve estar presente virtualmente. É o que os filósofos chamam de *in-esse*, isto é, o predicado está no sujeito. Assim, aquele que compreende perfeitamente a noção de um sujeito também compreenderá que o predicado lhe pertence necessariamente. Neste ponto, emerge uma das teses centrais da metafísica leibniziana: toda proposição verdadeira é analítica em sentido amplo, ou seja, o predicado está contido, de maneira expressa ou virtual, na noção do sujeito. Isso vale tanto para verdades lógicas, como por exemplo, "um triângulo tem três lados" – quanto para proposições contingentes do mundo, como "Alexandre venceu Dario" ou "Alexandre morreu de tal forma". Portanto, a noção de sujeito em Leibniz não é apenas lógica ou gramatical, mas ontológica e metafísica. A substância individual, nesse sentido, não se reduz a um suporte de qualidades essenciais, mas constitui um centro lógico-ontológico completo, que contém em si toda a história do ser.
PALAVRAS-CHAVE: Leibniz; substância; sujeito; predicado.

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: alisson.catolicus@gmail.com.

GRUPO 2: HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA
Moderador: Prof. Dr. Fernando Placides
14h-17h – Sala 111

A AUSÊNCIA DE UM CENTRO DE AGÊNCIA NAS OBRAS DE HOMERO: FUNÇÕES E FACES DA *PSYCHÉ* PRÉ-FILOSÓFICA

Marinho Mendes*

Este artigo analisa a concepção de alma (*psyché*) e a ausência de um "eu" unificado nas obras de Homero, com base nas teses de Bruno Snell e nas contribuições de seus sucessores, como Herman Fränkel e E. R. Dodds. A etimologia da palavra *psyché* remete ao verbo *psychós* (soprar ou resfriar), sugerindo sua origem como o sopro vital ou a respiração fria da morte. Nos poemas homéricos, a *psyché* é empregada principalmente em momentos de morte ou desmaio, ou seja, quando está prestes a deixar o corpo. Para demonstrar a natureza da alma, o texto recorre a evidências textuais da morte de Pátroclo e Heitor (*Ilíada*, canto XVI e XXII) em passagens onde a alma "evola-se do corpo" em direção ao Hades, "chorando seu destino". Uma vez no Hades, a *psyché* se manifesta como uma sombra (*skía*), ou imagem (*eídolon*), uma existência diminuída, sem força, memória ou consciência. A momentânea recuperação de suas faculdades, como a capacidade de comunicação, só é temporariamente alcançada por meio da libação de sangue, como narrado no canto XI da *Odisseia*. A ausência de um conceito unificado de corpo também é tratada. O termo *sõma* refere-se exclusivamente ao cadáver, nunca ao corpo de um ser vivente. Isso fica explícito em duas passagens da *Ilíada*, em que Heitor, primeiro em um desafio (Canto VII) e depois em uma súplica a Aquiles (Canto XXII), pede que seu "corpo" (*sõma*) seja devolvido para o rito funerário. O corpo vivo, quando referenciado, é sempre descrito por suas partes ou atributos, como a pele (*crós*) ou os membros (*mélea*). A tese central de Snell, desenvolvida em *A descoberta do espírito* (1946), argumenta que o homem homérico não possui um *self* autoconsciente, refletindo uma fase primitiva do pensamento europeu. O agente homérico é visto como um agregado de forças psíquicas e físicas mal coordenadas, como o *thymós* – centro das emoções e ímpetos – e o *nóos* – faculdade da percepção. A agência, portanto, não seria interna, mas atribuída a essas partes ou à intervenção divina. A pesquisa utiliza dos trechos presentes nas epopeias para demonstrar que o homem homérico não é um agente livre no sentido moderno, mas um ser cujas ações são moldadas tanto por forças internas cindidas quanto pelos poderes divinos dos deuses.
PALAVRAS-CHAVE: *psyché*; sopro; corpo; agência; *Ilíada*.

O ABSOLUTO COMO REMEMORAÇÃO (*EINERUNG*) DO ESPÍRITO CONSCIENTE DE SI

Lucas Roberto Paiva**

Na *Fenomenologia do espírito*, Hegel traça o percurso da consciência que deve partir do saber mais elementar (imediato) ao mais complexo (mediador). Ao iniciar essa jornada, o filósofo utiliza figuras e seus saberes como parte de um processo no qual o erro de suas convicções a

* Graduado em Filosofia – PUC Minas. E-mail: marinho.mendes2025@gmail.com.

** Doutorando em Filosofia – UFOP. E-mail: lucasfilosbh@gmail.com.

faz evoluir. O que guia todo esse caminho é a dialética, fio condutor do sistema, que permite mediante a experiência da figura a suprassunção (afirmar/negar/evoluir) do conhecimento. Dessa maneira, cada movimento apresentado faz parte do todo. Perseguir esse caminho é refazer o percurso que formou o estágio atual do problema tratado. Nesse desenvolvimento, nos é apresentada a leitura hegeliana de vários momentos históricos e filosóficos bem como o filósofo pensa seu próprio tempo. Na primeira seção da obra, "Consciência", notamos o problema da relação entre o sujeito e o objeto. Nessa passagem, compreendemos uma crítica a ideias anteriores, defendendo que o ser do objeto não é determinado somente por seus atributos, mas a partir da construção que a relação entre as consciências produz. Desse contraste inaugura-se a segunda seção, denominada "Consciência-de-si". Nela há uma análise de como se deram as relações entre as consciências que, buscando reconhecimento entre elas, formaram um novo consenso de realidade. Durante essa nova construção e suas contraditoriedades, a consciência formará a visão de que a razão pode ser esse novo momento unificador. Contudo, novamente ela irá falhar, pois com as contradições a razão não se torna capaz de unificar todas suas partes. Assim, chegaremos ao absoluto, momento em que, a partir da manifestação do espírito, da arte e da religião, a consciência se compreende como a máxima apreensão do povo de si mesmo pela mediação do conceito. Ou seja, fazer filosofia é captar o ser no tempo mediante a linguagem. Para chegar a tal estágio, é necessário compreender o vir a ser dos momentos anteriores, porque a realidade não é um dado imediato, mas uma estrutura de vários momentos que, ao serem suprassumidos, formam o agora por serem partes do todo. A partir dessas colocações, queremos defender que o absoluto pode ser compreendido como uma rememoração de um povo do que o formou. Tal afirmação será sustentada em dois momentos: 1º apontaremos como o prefácio da *Fenomenologia* nos fornece as chaves metodológicas para ler a obra, e 2º explicaremos como o absoluto no capítulo 8 da mesma obra é a autoconsciência do povo do que o formou.

PALAVRAS-CHAVE: absoluto; rememoração; metodologia; figura; consciência.

METAFÍSICAS BRUTAIS: LIMITES DAS CONCEPÇÕES REDUCIONISTAS DA NATUREZA HUMANA

José Costa-Júnior*

A filósofa Mary Midgley promoveu reflexões críticas sobre excessos e inadequações de algumas interpretações acerca da natureza humana advindas de concepções científicas – principalmente acerca de concepções ditas naturalistas e darwinistas. No atual contexto, revisitar suas críticas é relevante para considerarmos as diversas análises provenientes das ciências bioevolutivas acerca do que somos e como vivemos. O ponto de partida aqui é analisar as concepções críticas de Midgley (1978) acerca de abordagens como a sociobiologia – contra a qual a própria filósofa levanta objeções – e a psicologia evolucionista, concepção mais recente, que envolve muitos dos pressupostos da sociobiologia. Os trabalhos de Edward O. Wilson e, mais recentemente, de Steven Pinker, embora tenham o mérito de reconhecer nossa continuidade com as outras espécies e conexão com o mundo natural, têm em suas bases concepções fortemente reducionistas, que distorcem a análise sobre a estrutura motivacional comum dos animais humanos e não humanos. Outro alvo das reflexões de Midgley são as iniciativas de investigação científica que promovem discursos abrangentes sobre diversos

* Doutor – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. E-mail: jose.junior@ifmg.edu.br.

temas, desconsiderando as limitações da própria ciência e que acabam por abordar temas e questões que estão além de seu escopo. Midgley descreve essa tendência como cientificismo (1985), em que mostra que, em muitos discursos, a ciência torna-se uma espécie de "metafísica", capaz de conceder respostas muito amplas que não são possíveis pelos métodos da própria ciência. Aqui, Midgley chama a atenção para os excessos dessa visão, e as difere da prática científica tradicional. Tal situação se deve à tendência para a especialização na educação científica nos últimos séculos, que levou a uma valorização cada vez maior daquilo que seria "científico" em detrimento daquilo que, em tese, não seria. Essa tendência à fragmentação e à atomização se espalhou pelos diversos campos de investigação. Mais recentemente, Midgley (2010) passou a abordar a natureza de nossa constituição moral para desafiar a visão que reduz a motivação humana ao interesse próprio. Argumenta que relatos simples e unilaterais da motivação humana, como a hipótese do "gene egoísta" própria do pensamento neodarwinista recente, são irrealistas e implicam formas de individualismo questionáveis. Tais concepções têm sido retomadas em discursos atuais, reassumindo concepções metafísicas brutais acerca da natureza humana, com consequências para as ideias sobre o convívio e para soluções políticas. PALAVRAS-CHAVE: natureza humana; naturalismo; reducionismo; cientificismo; individualismo.

O SEQUESTRO DA AUTONOMIA PELA INDÚSTRIA CULTURAL: DA MANIPULAÇÃO DA VONTADE À ALIENAÇÃO DE SI

Rafael Junio Mendes Moreira*

A discussão em torno da constituição da pessoa humana sempre foi de interesse das ciências humanas e sociais. Tratar desse tema é tocar na dignidade fundamental e inalienável da vida humana. Dentre as várias perspectivas existentes, muitas abordagens apontam para o fato de que uma pessoa se constitui em relação. Há, portanto, um campo de intercessão que se dá entre a subjetividade e as influências que inevitavelmente recebe do meio em que vive. Olhar atentamente para essa premissa permite notar uma contemporaneidade marcada pela intensa influência da indústria cultural em suas diversas expressões. Sendo assim, esta comunicação visa analisar o sequestro da autonomia do sujeito pela indústria cultural, destacando como os meios de comunicação e entretenimento atuam na manipulação da vontade humana, promovendo alienação da realidade. A reflexão parte da concepção de pessoa como ser único, dotado de liberdade, mas profundamente influenciado pelo meio cultural. Nesse horizonte, a teoria crítica de Adorno e Horkheimer, retomada por Rodrigo Duarte, evidencia que a indústria cultural não se restringe ao fornecimento de artigos culturais para o entretenimento: além de visar lucro, ela constitui um mecanismo capaz de orientar escolhas e exercer controle social ao direcionar comportamentos e percepções. Utilizando recursos como o *kitsch* e as tecnoimagens, a cultura de massa formada pela indústria cultural cria produtos que aparentam atender a necessidades humanas, mas desviam a consciência crítica, induzindo escolhas que parecem livres, mas são previamente direcionadas. No campo filosófico, o estudo dialoga com Agostinho e Tomás de Aquino, que compreenderam a vontade como faculdade autônoma pela qual o homem efetiva suas escolhas. Essa faculdade, porém, pode tornar-se vulnerável porque ao tender naturalmente a um bem, pode movimentar-se em direção a bens apenas aparentes, perdendo-se de seu fim último, a verdadeira realização humana. Tal vulnerabilidade é explorada pela indústria cultural, que oferece conteúdos sensíveis e imediatos, dotados de forte apelo

* Graduado em Filosofia – PUC Minas. E-mail: rafael.moreirafl@gmail.com

emocional, que emulam a realidade criando ilusões de felicidade ou satisfação, confiscando assim o esquematismo, que é a instância racional capaz de interligar percepções sensíveis a conceitos, promovendo o conhecimento. A consequência desse processo é o enfraquecimento da identidade e da capacidade reflexiva do sujeito, que se torna passivo diante da ordem estabelecida e aceita tudo como dado. Dessa forma, a indústria cultural não apenas limita a autonomia, mas transforma o homem em cúmplice involuntário de sua própria alienação, reforçando a necessidade de um resgate crítico da liberdade e da dignidade humana fundamental.
PALAVRAS-CHAVE: autonomia; pessoa humana; indústria cultural; manipulação; responsabilidade.

GRUPO 3: HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA
Moderadora: Profa. Ms. Valéria Lima Bontempo
14h-17h – Sala 112

SOBRE A CONDIÇÃO HUMANA: NOTAS PARA UM NOVO HUMANISMO

Valéria Lima Bontempo*

O objetivo desta comunicação é levantar algumas indagações e considerações que atravessam as reflexões sobre o ser humano e suas ações em nosso tempo, bem como abordar algumas implicações do modelo de humanismo que prevalece na atualidade. Não há como negar que hoje impõe-se a exigência de um diálogo em torno de questões como: – quem é o humano? Como construímos nossa ideia de humanidade? Qual é a ideia de humanidade que está por trás de nossas ações? E mais: – por que a destruição da humanidade? Por que a guerra? Por que a violência? Enfocaremos, inicialmente, alguns aspectos das análises do pai da psicanálise, Sigmund Freud e do cientista Albert Einstein sobre a pulsão de destruição da humanidade. Em seguida, serão abordadas algumas das ideias do filósofo martinicano, Frantz Fanon sobre a opressão e subjugação do negro e também aspectos da análise da filósofa contemporânea Judith Butler sobre como a questão da violência atravessa o ser humano. Por fim, buscaremos expor as ideias centrais de Achille Mbembe sobre a lógica da inimizade que marca as democracias liberais e a necessidade de um novo humanismo, o qual se mostre distinto desse modelo reducionista que predomina na tradição Moderna Ocidental. A proposta é enfatizar a necessidade de invocar uma nova humanidade, a qual deve pressupor a reciprocidade entre os indivíduos, de modo que cada sujeito possa fazer uso do seu nome, de suas palavras, de suas ações e de seus desejos. Isso posto, finalizaremos a comunicação ressaltando a urgência de uma reflexão cada vez mais ampla e profunda, em torno do ser humano, enquanto um ser no mundo, bem como da sua dimensão simbólico-cultural e ética. Por fim, cabe ainda destacar que a comunicação é guiada pela seguinte pergunta: – quais são outras possíveis ontologias para pensar o ser humano já que há muitas formas de habitar o mundo? A apresentação será estruturada nos seguintes tópicos: Freud e Einstein: por que a guerra? Frantz Fanon: desconstruindo estereótipos impostos aos negros; Achille Mbembe: o humano e a lógica da inimizade; Judith Butler: o humano e a não violência; e por fim, faremos algumas considerações sobre a condição humana e um novo humanismo.
PALAVRAS-CHAVE: condição humana; por que a guerra; subjugação do negro; lógica da inimizade; não violência.

O NOVO HUMANISMO DE FRANZ FANON: UNIVERSALIDADE CONCRETA PARA TRANSCENDER O RESSENTIMENTO HISTÓRICO

Wesley Leonel**

Sem dúvida que o problema maior encarado por qualquer pensador, acerca do racismo, é compreender a constituição deste fenômeno em sua complexidade e, feito isso, apontar formas

* Professora de Filosofia da PUC Minas. E-mail: valerialimabontempo@hotmail.com.

** Mestre em Filosofia – UFOP. E-mail: wesleyfleonel@gmail.com.

de destituí-lo. A tarefa é complicada ainda hoje, mas contou com a contribuição de Fanon. Para este, o problema principia com a internalização da inferioridade racial, ou melhor, a própria racialização como processo de classificação hierárquica de grupos humanos e seus efeitos deletérios combinados, mas desiguais, sobre o destino das pessoas. Dito de outra forma, o racismo interdita o ideal de humano. Mas como solucionar esse problema? É do ponto de vista desta idealidade constrangida pela brutalidade dos fatos que Fanon propõe a desalienação do negro, cuja condição diante do complexo colonial requer uma estratégia nova, pois deve superar a abstração, o etnocentrismo e as contradições do humanismo europeu por meio de uma atuação como vanguarda intelectual e de luta. Ao negro cabe denunciar o delírio colonial, destituir sua farsa societária de forma a implicar a coletividade a partir de uma perspectiva de autenticidade. A tarefa prenunciada adquire uma dramaticidade radical: como superar o racismo sem, por um lado, fortalecer a racialização e, por outro lado, sem deixar de atravessá-lo? Ora, o desafio proposto e encarado por Fanon foi sempre o de denunciar a parcialidade e contradições do humanismo europeu ao mesmo tempo que encoraja a afirmação do sujeito em sua dignidade, autenticidade e singularidade. Por certo, entretanto, que tal humanismo ou ideia de universal não é aquele estampado nas bandeiras que marcharam sobre os povos de África, Ásia e Américas. Tampouco é Fanon um anti ou pós-humanista. Nem se trata de uma proposta reformista, de aperfeiçoamento, em que se mantêm as linhas mestras e se retocam os erros. O chamado é exatamente para o novo, para criar. “Devo me lembrar a todo momento de que o verdadeiro salto consiste em introduzir na existência a invenção”. Em última instância, a compreensão do racismo e a forma de superá-lo são balizadas pela universalidade do humano, que em Fanon é uma pauta nunca abandonada. A proposta do novo humanismo em Fanon combina descontinuação do velho e instauração definitiva e efetiva do nunca visto para todos.
PALAVRAS-CHAVE: Fanon; novo humanismo; universal; concreto.

SOBRE O HUMANO PARA ALÉM DA LEI: UMA BREVE REFLEXÃO A PARTIR DE AGAMBEN E BATAILLE

Pedro Vasques*

Esta comunicação visa explorar a conexão entre humanidade e lei como encontrada nas obras *Altíssima pobreza*, de Giorgio Agamben, e *O erotismo*, de Georges Bataille. Com o fito de sintetizar a posição que os une, afirmamos que, para os dois pensadores, o ser humano nutre-se de uma relação umbilical com a norma, ou seja, não há humanidade, ao menos como a conhecemos até hoje, que não esteja vinculada indelevelmente à lei. Agamben trata dessa dimensão jurídica que nos constitui referindo-se à lei e à norma, enquanto a palavra usada por Bataille é interdito. De fato, é legítimo que entendamos lei, norma e interdito como noções diferentes que, devido às suas sutilezas, não podem ser subsumidas sob um mesmo conceito que as abranja. Entretanto, é igualmente legítimo considerá-las naquilo que lhes é comum, relativizando parcialmente suas diferenças para as captarmos em sua essência e, assim, pode-se alegar, com alguma razoabilidade, que as três são ordens, ou comandos, uma vez que buscam conformar – ou descrever – o comportamento daqueles para os quais legislam. Se as três forem, como reputamos ser, múltiplas formas de comando, então para os dois pensadores não há ser humano que não esteja ordenado, comandado. Há algo de intuitivo nessa posição, visto que as ações humanas têm recorrência e sincronia que são passíveis de ser descritas ou ordenadas na

* Mestre – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: pedrom.vasques1@gmail.com.

forma de lei. Contudo, é essa familiaridade que os pensadores buscam desarticular, especulando sobre um humano para além da lei. E cada um responde de modo diferente a esse desafio: Agamben pensa que as máquinas antropológicas "criaram" o ser humano em tensão constante com o animal. A tarefa, segundo Agamben em *O aberto*: o homem e o animal, é fazer com que a máquina antropológica pare definitivamente, e não que se rearticule em um novo tensionamento – a parada levaria a um novo humano, quiçá tão dessemelhante ao presente que nem seria exatamente humano. Bataille, por outro lado, não acredita em uma parada definitiva do que nos faz humanos, mas somente em suspensões parciais que conduziriam o ser humano, nesse tempo suspenso, a uma inumanidade fugaz, em que retornaríamos à animalidade primordial. É na vitalidade e elasticidade da humanidade que essa comunicação pretende se inserir.

PALAVRAS-CHAVE: animal; comando; humano; inumano; lei.

ESTUDO CRÍTICO DE ENUNCIADOS DA DES-INFORMAÇÃO À LUZ DE PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA

Iago Alves de Almeida Morais*

Este trabalho resulta de um processo de metapesquisa cujo objetivo foi levantar referências para a construção de um projeto de iniciação científica acerca da temática da desinfodemia, compreendida como um fenômeno discursivo de grande impacto social no Brasil. Nos últimos seis anos, verificou-se a intensificação de práticas de difusão de desinformação (ESPALHANDO DES-INFORMAÇÃO), um movimento contínuo, razão pela qual utilizamos o gerúndio "espalhando", que vem se proliferando e provocando efeitos concretos como pânico, insegurança e desconfiança em relação ao campo do conhecimento, especialmente da Ciência. A análise partiu do pressuposto foucaultiano de que o enunciado não possui uma unidade material fixa, com início e fim definidos. Ele é, antes, um acontecimento linguístico-discursivo que só pode ser compreendido em correlação com outros enunciados e em sua historicidade. Nesse cenário, observamos nos estudos de Santana (2021) e de Mendes e Mattos (2025) a relevância de reconhecer a multiplicidade de enunciados que compõem o chamado ecossistema da des-informação. Essa pluralidade demonstra que as notícias falsas não surgem de maneira isolada, mas se articulam a diferentes discursos, muitas vezes com caráter aleatório, capazes de capturar os sujeitos em sua comunicação cotidiana. O perigo reside justamente nessa possibilidade: transformar enunciados fabricados em falsas evidências que circulam como se fossem notícias legítimas. O resultado desse processo é a produção de pânico social e o afastamento progressivo dos sujeitos do acesso a informações plausíveis inclusive aquelas capazes de salvar vidas em contextos de crise, como durante a Pandemia da COVID-19. Nosso percurso de metapesquisa buscou compreender, portanto, como esse fenômeno discursivo se estrutura e quais são suas implicações para notadamente empreender e construir uma leitura filosófica para que possamos combater a desinfodemia e, com isso produzir as ferramentas necessárias ao desenvolvimento do pensamento crítico que promova um humanismo não reducionista. Isso porque a desinformação, ao se estabelecer, tende a reduzir a complexidade da realidade a explicações simplistas, alimentando interpretações fragmentadas e desconectadas de outras perspectivas. Um humanismo que se pretenda autêntico e crítico não pode existir de forma isolada, mas deve estar correlacionado a múltiplos enunciados, em diálogo constante com

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: iagoetescc@outlook.com.

a diversidade de discursos e práticas sociais de informação. Ao evidenciar como as *fake news* emergem e se disseminam, nosso trabalho reforça a necessidade de pensar o humanismo como um projeto relacional e aberto, capaz de resistir às armadilhas do reducionismo e de promover um horizonte ético em defesa da vida, do conhecimento e da dignidade humana.
PALAVRAS-CHAVE: desinfodemia; enunciado; metapesquisa; humanismo; desinformação.

O CONCEITO DE INDIVÍDUO EM KIERKEGAARD

Paulo Victor Queiroz Soares*

Kierkegaard é um filósofo que se encontra na era pós-Hegel, em que os idealistas detêm o centro dos debates. Se estes focavam em uma análise do universal, criando com isso sistemas com conceitos bem definidos, Kierkegaard muda o foco para o indivíduo com uma filosofia assistemática, fazendo desse o foco e o pano de fundo de sua filosofia. Percebendo muitos problemas na sociedade, desde a política à religião, ele notou que o indivíduo começou a ser esquecido. Por isso, a partir de experiências pessoais, ele elabora sua filosofia tendo como base e ponto central o indivíduo, que tem uma existência, uma história e um futuro. Para o filósofo dinamarquês, o indivíduo (*Den Enkelte*) será o ponto de partida de qualquer filosofia, pois se a história não toca na vida das pessoas, não faz sentido falar dela. No entanto, para entender bem esse conceito em seu pensamento, será necessário recorrer ao de si-mesmo. Do dinamarquês *selv*, o si-mesmo parte de uma relação da pessoa consigo mesma, e isso leva à conclusão que para haver um si-mesmo é necessário haver não somente autoconhecimento, como uma verdadeira relação consigo. Ao contemplar essa relação, a pessoa se descobre como um ser de síntese entre o finito e o infinito; entre possiblidade e necessidade; entre corpo e mente, pelo espírito. Sendo um ser que vive no mundo, ele tem um destino final, e isso o constitui como indivíduo, e é a partir dessa síntese que ele o percebe. Ainda que o modo dessa relação seja universal, pois todos têm de fazer a síntese para se tornarem verdadeiramente indivíduos, o conteúdo da síntese é próprio de cada pessoa. Isso quer dizer que cabe a cada um em particular a decisão de efetivar ou não a síntese que o constitui – é decisão individual. Mas caso não haja a síntese pela descoberta desse si-mesmo, ou caso seja feita do modo errado, então haverá desespero, levando a pessoa a viver uma vida meramente estética, como um produto de seu tempo fadado a viver a vida que outros determinam para ele. Por isso é necessário o movimento de interioridade para que o indivíduo possa aprender a tomar decisões por si, levando a um estádio ético e mesmo religioso, que só pode ser alcançado por aqueles que fazem a síntese e se descobrem como indivíduos.
PALAVRAS-CHAVE: indivíduo; si-mesmo; existência; síntese; relação.

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: paulovictorqs@gmail.com.

GRUPO 4: METAFÍSICA E FENOMENOLOGIA
Moderador: Prof. Ms. Ângelo José Salvador
14h-17h – Sala 104

METAFÍSICA E EPISTEMOLOGIA EM IMMANUEL KANT E SUA RELAÇÃO COM A CIÊNCIA DA RELIGIÃO DE FRIEDRICH MAX MÜLLER

Ângelo José Salvador*

Esta comunicação problematiza a relação entre Ciência da Religião mülleriana e a epistemologia kantiana. Considerando esse contexto, é problemático pensar a nova Ciência sem levar em conta esse processo. Problemático porque, ao não considerar tal relação, acaba se perdendo a intrínseca conexão entre a epistemologia kantiana e sua crítica à metafísica e a Ciência da Religião de Max Müller. Esclarecer a origem de uma ciência é fundamental para a compreensão de sua natureza, seus objetivos e limites. Em linhas gerais, uma ciência surge dentro de um contexto histórico, filosófico e social específico, e esse contexto influencia suas perguntas, métodos e paradigmas. Ao investigar sua origem, entende-se quais problemas motivaram seu desenvolvimento e como suas premissas foram estabelecidas. A expressão "processo dialético" significa que Müller não apenas absorve passivamente as teses da epistemologia de Immanuel Kant, mas o faz de forma criativa propondo antíteses e sínteses, adaptando, dessa forma, criticamente o pensamento do filósofo de Königsberg. A questão a ser analisada é: qual é a relação entre a Ciência da Religião proposta por Müller e a epistemologia de Kant, desenvolvida a partir de sua crítica à metafísica? Posto isso, outras perguntas, decorrentes dessa, são: em quais obras de Max Müller isso é mais latente? De que forma Müller se apropria do pensamento kantiano? E em que medida isso afeta o desenvolvimento da Ciência da Religião mülleriana? A hipótese a ser defendida na investigação aqui proposta é a de que Max Müller se apropria da epistemologia kantiana para estabelecer os contornos de sua concepção de Ciência da Religião. Para tal fim, Max Müller aceita, critica e reformula o pensamento epistemológico de Kant. Interessa evidenciar tal perspectiva para compreender adequadamente o próprio pensamento mülleriano acerca da Ciência da Religião. Em inúmeras passagens de seus escritos Max Müller demonstra suas convicções e aproximações e muitas vezes se verifica uma identificação sem retoques ao pensamento kantiano. Para autores contemporâneos, como Wartenberg, Kant pretende oferecer uma base metafísica para a filosofia de Newton, mas não apenas isso. Kant confere papel importantíssimo à experiência e, por isso, se aproxima da compreensão contemporânea de ciência. Todavia, sem pretender aprofundar as consequências ou aproximações das teses kantianas à compreensão epistemológica contemporânea, nos reservaremos ao trabalho de aproximação de algumas teses kantianas, especialmente sua epistemologia, às de Max Müller.
PALAVRAS-CHAVE: metafísica; epistemologia; crítica; religião; dialético.

* Doutorando em Ciências da religião. Professor de Filosofia PUC Minas. E-mail: alvadorangelo65@gmail.com.

FENOMENOLOGIA DO SER BRASILEIRO: ONTOLOGIA E ESTÉTICA DO INVERSO

Reygson Max Parreiras*

Este estudo, intitulado *Estética ameríndia e ontologia do inverso*, propõe uma releitura do conceito de ser na estética brasileira, a partir do diálogo entre a metafísica clássica, a fenomenologia contemporânea e os saberes ameríndios. Partindo da premissa aristotélica de que τὸ ὂν λέγεται κατὰ πολλοὺς τρόπους (o ser se diz de vários modos), a pesquisa busca descolonizar a tradição estética ocidental, invertendo seus eixos centrais: da representação para a presença, do conceito para a experiência vivida e da forma para a relação sensível com o mundo. A investigação articula-se com autores que exploram a experiência estética e ontológica em perspectiva intercultural, buscando ampliar o entendimento do ser para além do paradigma eurocêntrico. Destacam-se Ailton Krenak, cujas reflexões sobre o futuro ancestral e a ética da relação com a natureza evidenciam modos de existência não antropocêntricos; Davi Kopenawa, cujos relatos sobre rituais xamânicos e os xapiri revelam práticas de cuidado com a floresta, com a coletividade e com os ciclos da vida; e Vilém Flusser, cuja filosofia da linguagem oferece instrumentos conceituais para compreender a estética como prática de presença, comunicação e experiência cultural. Ao conceber a estética como um campo ontológico do inverso, o estudo valoriza práticas de cura, experiências artísticas e modos plurais de existência e sensibilidade. A abordagem fenomenológica adotada enfatiza a vivência concreta e a percepção do mundo como algo vivido, dialogando criticamente com conceitos europeus, como o *Dasein*, e com saberes ancestrais que deslocam a centralidade do sujeito e da forma. Essa perspectiva permite compreender a estética não apenas como representação ou teoria, mas como espaço de experiência, interação e transformação. O estudo visa evidenciar como a estética brasileira se configura como um território de resistência e invenção, capaz de articular experiências do nada e da presença, promovendo uma reflexão transcultural sobre o ser, a arte e a relação humana com o mundo contemporâneo. Nesse sentido, a tese derivada desta pesquisa pretenderá contribuir para a formulação de uma filosofia estético-fenomenológica brasileira, descolonizada e enraizada em experiências autênticas de sensibilidade, oferecendo um olhar inovador sobre a constituição do ser, a arte e as relações humanas, considerando suas dimensões interculturais, éticas e ontológicas.
PALAVRAS-CHAVE: estética brasileira; ontologia do inverso; fenomenologia; saberes ameríndios; descolonização.

OS LIMITES DA REDUÇÃO FENOMENOLÓGICA: UM DEBATE ENTRE HUSSERL E SARTRE

Raul Signorini**

Esta comunicação examina a questão central que divide Husserl e Sartre a propósito da redução fenomenológica: deve o Eu subsistir após a *epoché*? Para Husserl, em *Ideias I*, o Eu constitui uma presença necessária e constante, inseparável da esfera transcendental da consciência. Para Sartre, em *A transcendência do ego*, essa permanência compromete a intencionalidade da consciência, obscurecendo-a e reintroduzindo, na fenomenologia, traços de um idealismo

* Mestre em filosofia – UFOP. E-mail: reygson@gmail.com

** Mestre – Fundação Universidade Federal do ABC. E-mail: filosofia.signorini@gmail.com

transcendental de herança kantiana. O debate é decisivo, porque atinge o núcleo da fenomenologia enquanto método. De um lado, Husserl entende que a redução fenomenológica deve suspender a atitude natural e excluir as transcendências empíricas, mas não pode abolir o Eu transcendental sem anular a possibilidade mesma de uma ciência da consciência. De outro, Sartre insiste que a "colocação do mundo entre parênteses", levada às últimas consequências, deve atingir também o Eu. Porque, para ele, o Eu não é uma condição originária da consciência, mas objeto constituído por ela no mundo. A consciência é um fluxo intencional de vividos, cuja unidade não decorre de um princípio egológico prévio. Manter qualquer substância no interior da consciência equivale, para Sartre, a duplicá-la desnecessariamente e instaurar uma ilusão egológica que encobre a vacuidade do campo transcendental e a espontaneidade da consciência. Essa divergência de tese evidencia dois projetos filosóficos distintos: a fenomenologia husserliana busca preservar um estatuto de idealismo transcendental, como epistemologia primeira; já Sartre propõe uma radicalização do método fenomenológico que o leve em direção a uma nova ontologia fenomenológica. Nesse horizonte, a *epoché* deixa de ser mero procedimento intelectual e torna-se ruptura vivida, acontecimento existencial em que a consciência se desprende do Eu e se revela em sua translucidez originária. Tal problemática que se insere entre Husserl e Sartre mostra-se decisiva para os debates contemporâneos sobre metafísica, pois toca no problema do estatuto da consciência: é ela necessariamente estruturada por um Eu ou pode ser pensada a partir de um campo transcendental sem sujeito? A resposta de Sartre, que recusa o Eu transcendental, abre caminho para uma filosofia da consciência profundamente distinta de uma filosofia do sujeito. Caminho filosófico profícuo que permanece em aberto e ainda deve ser profundamente explorado.
PALAVRAS-CHAVE: Sartre; Husserl; redução fenomenológica; consciência; eu-transcendental.

A TEORIA DOS SIGNOS DE HUSSERL (1890-1914)

Saulo Grassi Mendonça*

O objetivo desta comunicação é trazer à luz aspectos centrais da teoria fenomenológica dos signos presente nas *Investigações lógicas*, contrastando-a com outros textos relacionados da obra de Husserl. Uma palavra, considerada em si mesma, não passa de sons proferidos ou rabiscos. Da mesma forma, muitos outros objetos ou estados-de-coisas [*Sach verhalte*] utilizados signitivamente não possuem nenhuma relação intrínseca com aquilo que designam: eles só "ganham vida" quando passam a ser considerados não como meros objetos, mas como signos, i.e., a partir do momento em que entram em relação com outros objetos ou estados-de-coisas, passando então a designá-los ou expressá-los. As diferenças na natureza e no modo dessas relações geram as distinções entre os diferentes tipos de signos: naturais e artificiais, indicações [*Anzeichen*] e expressões [*Ausdrücke*]. A essência da indicação está na "inferência" da existência de algo a partir de um objeto ou estado-de-coisas presente. Uma expressão pode, em certas circunstâncias, exercer uma função indicativa que, todavia, não é necessária para a sua ocorrência. De fato, o que caracteriza a expressão (ou, o que é o mesmo, a palavra) é sua relação com uma significação [*Bedeutung*]. Esta corresponde àquilo que é dito, a uma objetividade fixa e imutável, mas distinta daquilo acerca do qual algo é dito, i.e., do objeto. A partir da expressão é possível inferir indicativamente diversos atos da consciência; em primeiro lugar, as intenções de significação, que são os 'mediadores mínimos' entre uma palavra e sua significação, a mera compreensão simbólica do sentido, mas também os preenchimentos de

* Mestrando em Filosofia – UFMG. E-mail: saulograssi.m@gmail.com.

significação, que vivificam e confirmam as intenções. Essa distinção, essencial para a crítica de Husserl ao psicologismo, acompanha-o desde a *Semiótica* (1890) e a *Filosofia da aritmética* (1891). Portanto, seja de modo intuitivo ou meramente simbólico, é apenas por meio da consciência que ocorre a vinculação entre a linguagem e o sentido ideal. É apenas neste momento que se percebe a importância da distinção entre indicações e expressões: Husserl, superando o psicologismo, afirma a idealidade da significação e nega que as expressões expressem conteúdos mentais. Porém, ao introduzir as indicações e, mais que isso, ao atribuir uma função indicativa às expressões, abre o espaço necessário para reflexões "psicológicas" no âmbito da lógica. As duas distinções consideradas terão grande importância em toda a fenomenologia.
PALAVRAS-CHAVE: Husserl; signo; indicação; expressão; ato.

SOBRE AS MORTES IMPRÓPRIAS EM HEIDEGGER

Bruno Fonseca*

A relação entre a morte e o *Dasein* é mais complexa que apenas um componente ontológico. Como componente ontológico ela é uma estrutura diferenciada e necessária, mas a morte é também interpretada de outras maneiras pelo *Dasein*. No primeiro capítulo da segunda seção de *Ser e tempo*, Heidegger percorre um estudo que aponta as diferentes formas de morte, isto é, as diferentes maneiras em que o *Dasein* compreende a finitude em sua existência. Essas diferentes formas de morte são maneiras na qual o a-gente interpreta a morte como evento que vem-de-encontro ao *Dasein* no mundo. Tendo em vista que, de acordo com Heidegger, "de pronto e no mais das vezes, o Dasein é tomado por seu mundo", isto é, o modo de ser do *Dasein* é predominantemente o modo de ser do a-gente, suporta-se a relevância em ter a compreensão de como é a interpretação que o *Dasein* faz acerca da morte nesse modo de ser. O destaque e o significado conferidos ao ser-para-a-morte são fundamentais para a analítica existencial; entretanto, esse enfoque não deve encobrir as relações impróprias com a morte, sendo elas a do faltante, do findar, do decaimento, pois o entendimento delas é o caminho para a consciência de finitude. Dado o caráter dominante do a-gente, o encobrimento, ou seja, o esquecimento de que as relações do *Dasein* com a morte são o curso ideal para levá-lo até o modo de ser mais-próprio se faz necessário para mantê-lo em controle. Essa é a expressão do decaimento, um "esquivar-se encobridor" sobre o ser para a morte que, na determinação do a-gente, entende que "a-gente também morre uma vez, mas por ora ainda não". O passo crucial para o ser mais-próprio é a realização de que a finitude que acompanha o *Dasein* não é somente a finitude da existência como ruptura completa do existir, como fim do fenômeno-*Dasein*, mas do entendimento de que a finitude se faz presente em absolutamente todas as possibilidades do *Dasein*. O interesse em ter consciência é a gênese para o modo próprio de ser. O apelo da consciência se intensifica quando as relações impróprias são entendidas como tal e, tendo em vista que a relação própria com a morte é o fundamento de liberdade do *Dasein*, então a compreensão das relações impróprias com a morte mostra-se como o trajeto ótimo para atingir o modo mais-próprio de ser e, consequentemente, a liberdade.
PALAVRAS-CHAVE: morte; *Dasein*; a-gente; mais-próprio; liberdade.

* Graduação em Filosofia – PUC Minas. E-mail: fonsecambruno@gmail.com.

GRUPO 5: METAFÍSICA E TECNOCIÊNCIA
Moderador: Prof. André de Sousa Silva
14h-17h – Sala 106

A METAFÍSICA NA CIÊNCIA DA MENTE

André de Sousa Silva*

Esta exposição tem como objetivo central mostrar e avaliar como determinados compromissos metafísicos se manifestam, mesmo que de forma tácita, nos esforços científicos contemporâneos de compreensão da mente, da consciência e da cognição. Parte-se da hipótese de que, mesmo quando buscam evitar a metafísica, as ciências da mente acabam por se apoiar em pressupostos metafísicos e ontológicos que moldam suas abordagens e teorias. Para fundamentar essa perspectiva, inicia-se com uma breve definição de metafísica a partir do texto *O tempo da imagem no mundo*, de Martin Heidegger, que permite compreender como determinadas formas de pensamento e representação do objeto científico orientam, silenciosamente, os modos de produção do saber científico. A seguir, serão apresentadas três concepções distintas acerca da natureza dos processos mentais: (i) a perspectiva fenomenológica, que enfatiza a experiência subjetiva como dimensão emergente fundamental e irredutível da mente; (ii) o fisicalismo, especialmente em sua vertente panpsiquista, que busca superar a separação entre mente e corpo por meio da identificação gradual entre os processos mentais e físicos, isto é, há uma relação superveniente entre os estados fenomênicos e estados cerebrais; e (iii) o funcionalismo, que surge inicialmente como uma abordagem metodológica voltada à explicação científica dos estados mentais por meio de suas funções causais, evitando os dilemas metafísicos clássicos. Por seu caráter pragmático, o funcionalismo acaba por se consolidar como uma postura filosófica dominante nas ciências cognitivas do final do século XX, sustentando noções como a de múltipla realização dos estados mentais. Contudo, o que se pretende mostrar é que essa abordagem, ao afirmar que os processos mentais são apenas funcionais, estabelece também uma concepção metafísica da mente, ainda que não a reconheça como tal. Com efeito, o que se apresenta como uma tentativa de neutralidade metafísica acaba por produzir, paradoxalmente, uma nova metafísica mental. Assim, pode-se concluir que a tensão entre ciência e metafísica no campo da mente não pode ser resolvida pela simples negação da segunda, já que toda teoria sobre a natureza da mente implica compromissos metafísicos. O estudo científico da mente, portanto, inevitavelmente opera sobre fundamentos metafísicos, ainda que implícitos ou não diretamente tematizados.
PALAVRAS-CHAVE: metafísica; mente; ciência; fenomenologia; cognição.

BIOTECNOLOGIA: DESAFIO E VIA DE SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE HUMANA

José Carlos Moreira**

O objetivo desta comunicação é mostrar que a biotecnologia pode ser compreendida, a um só tempo, como desafio e via de superação da vulnerabilidade humana. Como parte do mundo

* Doutor em Filosofia/Universidade do Porto. PUC Minas. E-mail: andressfil.pt@hotmail.com.

** Doutor em Filosofia – UFMG. E-mail: aspjosecarlos@hotmail.com.

vivo marcado pela fragilidade e vulnerabilidade, entre todas as formas de vida, o ser humano busca maneiras de garantir a própria vida. Visto dessa perspectiva, a técnica e a biotecnologia criadas pelo homem visam justamente à possibilidade de superação de suas fragilidades e carências, seja no sentido de reparação de falhas naturais ou melhoramento de suas características e potencialidades. Entretanto, os bioeticistas e vários filósofos da técnica são críticos aos avanços e usos da biotecnologia, uma vez que esse estágio avançado da técnica pode também representar um desafio para a vulnerabilidade humana, tornando-a ainda mais exposta, em razão dos riscos que vêm junto com os avanços tecnocientíficos, cujo entusiasmo, em boa medida, esconde os riscos. Logo, embora a criação da biotecnologia e seus avanços contínuos visam suprir os *déficits* ou melhorar as faculdades humanas por meio dos fármacos, próteses, controle de comportamento, melhor capacidade de memória, prolongamento da vida, melhor resistência física, manipulação genética entre outras finalidades, não devemos permitir que o entusiasmo com os avanços da biotecnologia esconda os riscos. Se, de um lado, o homem é um "animal ainda indeterminado", ser de falta, inacabado e incompleto como sugeriu Gehlen, logo, ao criar a biotecnologia, em boa medida esses *déficits* humanos podem ser superados. De outro lado, o avanço tecnocientífico também é um desafio para a vulnerabilidade humana, podendo expô-la ainda mais, ao invés de superá-la. Assim entendida, a tecnociência é, em certo sentido, uma ameaça para o ser humano. Sendo o poder da técnica uma ameaça para o homem, assim como as demais formas de vida, ela se torna então um problema filosófico e ético. Posto isso, o projeto filosófico de Jonas, propõe a elaboração de uma nova ética metafisicamente fundamentada, visando orientar o homem na nova realidade antropológica a qual vivemos. Em seu empreendimento filosófico, Jonas nos adverte que, se por um lado, a ciência confere forças antes inimagináveis ao Prometeu desacorrentado, por outro lado, agora, o afã tecnológico moderno clama pelo despertar de uma ética da responsabilidade que seja capaz de pôr freios voluntários ao progresso desmedido daquele. Por isso, Jonas entende que somente o despertar de uma prudência responsável impediria o poder dos homens de se transformar em uma catástrofe para eles mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: vulnerabilidade humana; biotecnologia; biomelhoramento.

HUMANISMO, TRANSUMANISMO E A AUTODEIFICAÇÃO DO HOMEM

Mateus Cimini*

Esta comunicação investiga a trajetória do humanismo renascentista ao transumanismo contemporâneo, tomando como ponto de partida a obra de Giovanni Pico della Mirandola *Oratio de hominis dignitate* como uma janela para vislumbrar a formação do pensamento moderno que emergia do colapso da unidade medieval. O núcleo da pesquisa consiste em mostrar como Pico della Mirandola articula a noção de dignidade do homem a partir de sua abertura ao infinito e à transcendência, fundamentando assim uma concepção de humanismo em que a liberdade humana é compreendida como participação no divino, amplificando a máxima patrística – Deus se fez homem para que o homem se torne como Deus – como nos diz Atanásio de Alexandria. Paradoxalmente, a partir desse horizonte, tem início o processo histórico de fechamento da antropologia humanista à transcendência, e a redução gradual da resposta para a pergunta – o que é o Homem? – às suas causas materiais e eficientes. Esse movimento se torna evidente na modernidade, com a centralidade do sujeito racional, sua autonomia epistêmica e o deslocamento do teocentrismo para o antropocentrismo. Contudo

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: mateus17r@gmail.com.

uma análise mais atenta é capaz de verificar que o apelo ao transcendente nunca abandonou a produção filosófica, apenas foi relegado a um segundo plano muitas vezes inconsciente. No século XIX, sobretudo em Nietzsche e no contexto da ascensão do cientificismo, esse processo se intensifica e atinge um clímax: o *Übermensch* pode ser compreendido como expressão da autodeificação do homem sem Deus, enquanto o progresso científico e tecnológico passa a assumir traços de promessa redentora. No século XX, essa tendência de redução do homem às suas causas materiais culmina no transumanismo, no qual a condição humana passa a ser concebida como matéria plástica a ser reformulada pela técnica, em completa alienação das realidades superiores e metafísicas, mas curiosamente com promessas de realização no imanente daquilo que historicamente foi do âmbito transcendente. Dessa forma, o estudo não apenas reconstrói essa trajetória, mas busca comparar o humanismo renascentista e o transumanismo, evidenciando tanto suas continuidades – o ideal de perfectibilidade e a centralidade da liberdade humana – quanto suas descontinuidades – a abertura à transcendência em Pico della Mirandola, o homem como microcosmo, em contraste com o fechamento tecnocêntrico contemporâneo, o homem como ciborgue, redimido *ex machina*.
PALAVRAS-CHAVE: humanismo; transumanismo; transcendência; religião; ética.

AS CIÊNCIAS NA ERA POLIFÔNICA: NOTAS SOBRE A NECESSIDADE DE UMA FILOSOFIA FUNDAMENTAL DE BASE ANTROPOLÓGICA

Zuenir de Oliveira Neves*

Assumindo a permanência da dimensão teológico-metafísica humana na contemporaneidade, tal qual proposto por Henrique Cláudio de Lima Vaz em suas obras, este trabalho visa a indicar a possibilidade de uma Filosofia Fundamental de traços antropológicos. Mais especificamente, propõe um pensamento capaz de lidar com a polifonia existente entre teorias científicas contemporâneas desejosas de algum tipo de unificação em seus respectivos campos de atuação. Uma Filosofia que se eleve à Metafísica, sem, portanto, negligenciar a inteligibilidade do sujeito antropológico, ou seja, a racionalidade do humano como pessoa formada na multiplicidade da unidade histórica. Para alcançar seu desiderato, ele considera tanto as circunstâncias teóricas e sociais atuais da atividade científica – apontadas por Boaventura de Sousa Santos em sua obra *Um discurso sobre as ciências* – quanto a oposição dialética fundamental – identificada por Vaz em *Raízes da Modernidade* – entre as condições fenomenológicas e axiológicas do sujeito moderno, para o qual, afinal, as ciências são feitas. Aquelas circunstâncias apontam para uma crise do paradigma epistêmico dominante e a emersão de outro, assim chamado de "emergente", sem, no entanto, partir, como quer Vaz, de uma base dialeticamente articuladora dos três polos conhecidos pela tradição – Natureza, Sujeito e Forma – na unidade categorial do discurso filosófico sobre o fenômeno humano. Base esta de matiz ontológico, ínsito, por assim dizer, a paradigmas distintos, mas pretensamente verdadeiros e universais de explicação da realidade, na evidente unidade do todo. As formas expressivas desse "Todo" clamam por uma espécie de realinhamento simbólico, ou seja, pelo restabelecimento da linha de inteligibilidade percorrida pelos entes de razão, as pessoas, até a Modernidade, entendida por Vaz como *locus* de discussão de ideias formado desde a Grécia do século VI a.C. Nele está o sujeito, o homem como pessoa, sempre ignorante, ainda que "dedicado a" e "ocupado com" questões genéticas, estruturais, culturais, psíquicas, históricas, religiosas e éticas. Sujeito que há de empreender o resgate antropológico de si na totalidade, no sentido de mais se autoapreender e ser capaz de elaborar

* Mestre em Filosofia – UFJF. E-mail: zuenirneves@gmail.com.

teorizações condizentes com o que ele efetivamente é enquanto se reinventa no entrelaçamento de sua biografia individual com a coletiva. Coerente, por assim dizer, com a reconstrução inevitavelmente presente num "autodesmonte" tão somente possibilitado pela revisitação de fundamentos, que, malgrado antigos, mantêm-se negados, mas conservados nos "novos".
PALAVRAS-CHAVE: ciência; polifonia metafísica; filosofia fundamental; antropologia; pessoa.

O CONCEITO DE INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: É POSSÍVEL ESTABELECER UMA DEFINIÇÃO COM PERSPECTIVA ONTOLÓGICA?

Jonas Reis Jr*

A Ciência da Informação (CI) é uma ciência recente quando comparada à Física ou à Biologia. A sua consolidação enquanto ciência ocorre por volta de 1960. No seu desenvolvimento teórico e prático, estão presentes aspectos epistemológicos (e.g. racionalismo crítico, construtivismo) e aspectos dos paradigmas físico, cognitivo/biológico e social. Tal desenvolvimento permite conceber a CI como uma área de conhecimento dinâmica e eminentemente interdisciplinar, dado o seu objeto central de estudo: a informação. A CI navega, pois, por um território conceitual fluido, dinâmico, evolutivo, em que a própria definição do seu núcleo é uma questão em aberto e de natureza intrinsecamente filosófica. Essa característica não indica uma fragilidade, mas sim um tipo de complexidade inerente ao seu domínio. Ora, a compreensão dos limites e das fronteiras conceituais da CI está inexoravelmente interligada à investigação de seus fundamentos ontológicos: em que medida pode lançar-se mão do questionamento sobre a natureza fundamental da informação e seu modo de existência no mundo? Este trabalho propõe uma abordagem teórica dos pressupostos ontológicos que sustentam a CI. A tese central é que a resposta à pergunta "O que é a CI?" fica diretamente condicionada pela resposta a uma questão mais primordial: "O que é a informação?". Ambas as perguntas só são possíveis, porque a CI possui fenômenos complexos, dinâmicos, inerentes ao conhecimento científico e filosófico. A análise presente neste trabalho percorre, assim, diferentes perspectivas do conceito de informação e seus principais autores, incidindo especialmente em perspectivas ontológicas. Essa reflexão conclui que as fronteiras da CI se revestem de tal fluidez que se torna difícil demarcá-las, visto expandirem-se ou recuarem consoante o ponto de vista ontológico adotado. Desse modo, o constante debate sobre o papel da ontologia da informação não representa uma falta de consenso eventualmente prejudicial à CI, mas antes a força motriz susceptível de mantê-la enquanto campo interdisciplinar de grande relevância para os desafios da sociedade contemporânea (e.g. era da desinformação). A solidez da CI reside justamente em sua capacidade de questionar a própria natureza de seu objeto de estudo. Por fim, constituem trabalhos futuros a investigação da ontologia de informações não humanas (e.g. inteligência artificial) e/ou implicações ontológicas da informação em áreas como a física.
PALAVRAS-CHAVE: ciência da informação; ontologia aplicada; interdisciplinaridade; conceito de informação; ontologia da informação.

* E-mail: jj.jonasreis@gmail.com.

GRUPO 6: ÉTICA, METAFÍSICA E ECOLOGIA
Moderador: Prof. André Luís Gonçalves
14h-17h – Sala 102

ÉTICA E DIÁLOGO: A EXPERIÊNCIA COLABORATIVA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM FILOSOFIA

André Luís Gonçalves*

Este trabalho apresenta a experiência concreta de professores do curso e do departamento de Filosofia, responsáveis pela unidade curricular de Filosofia: Antropologia e Ética no curso de Direito, no âmbito do Programa Ética e Diálogo. O programa nasce de vivências concretas dos estudantes em campo, nas quais as práticas extensionistas se integraram à formação acadêmica e permitiram reflexões que só se tornam possíveis pelo encontro entre diferentes saberes, articulando ensino, extensão e pesquisa. O fio condutor apoia-se em fundamentos filosóficos que favoreceram a experimentação da metodologia "maiêutica socrática" ou parto de ideias. Essa metodologia fomentou o compartilhamento de ideias, a revisão e avaliação de conceitos pré-concebidos, sempre alinhados à perspectiva fenomenológica da experiência, interpretada a partir da ética e da Cultura do Encontro, que se inspira na proposta da Universidade do Sentido, idealizada pelo Papa Francisco. Trata-se de um movimento que reúne jovens de diversos países em torno de uma educação comprometida com a transformação social, condição indispensável para o exercício das práticas de extensão realizadas em disciplinas como Filosofia, no curso de Direito. A aproximação de conceitos éticos com a vivência da escuta, reflexão, questionamentos e sensações tornou possível notar contribuições no desenvolvimento de habilidades e competências ligadas à convivência humana por meio da extensão universitária na PUC Minas. Outro aspecto importante foi o exercício contínuo da *epoché* filosófica ou suspensão do juízo. As visitas à comunidade mostraram a necessidade de colocar sob suspensão pressupostos culturais que restringem uma leitura mais ampla do cenário histórico encontrado pelos estudantes. A relação fenomênica, favorecida pelo contato direto com o contexto social, salientou também estereótipos sobre vulnerabilidade, condições de vida das minorias e outras interpretações reducionistas identificadas durante as partilhas em sala de aula. Esse ambiente possibilitou uma releitura dialógica crítica dos códigos legais e das categorias normativas positivistas que separam aspectos morais da estrutura formal do sistema jurídico. Os momentos de planejamento, visitas, elaboração de propostas de trabalho, execução das atividades e avaliação envolvendo estudantes, professores e comunidade reforçaram a extensão universitária como uma das bases efetivas indispensáveis ao tripé da formação acadêmica e no perfil dos egressos da PUC Minas.
PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária; filosofia; ética; cultura do encontro, curricularização.

* Doutor. Professor da PUC Minas. E-mail: basquiatpuc@hotmail.com.

ECOSOFIA E O TRÁGICO: ENTRE A MORTE DA NATUREZA E O CULTO AO DINHEIRO

Luiz Magno Marques de Abreu*

A comunicação *Ecosofia e o trágico*: entre a morte da natureza e o culto ao dinheiro propõe uma reflexão filosófica sobre a crise civilizatória contemporânea à luz da ecosofia de Félix Guattari (1989) e da crítica de Giorgio Agamben (2012) ao capitalismo como nova religião. Partindo da constatação de que o século XXI se estrutura como uma nova tragédia (marcada pela destruição ambiental, pelo colapso das relações sociais e pela alienação subjetiva), o texto articula o pensamento ecológico e estético de Guattari à noção de *hybris* trágica, de Homero a Nietzsche. A tragédia antiga, em que o herói ultrapassa os limites do humano e enfrenta a punição divina, ressurge na modernidade sob a forma da desmedida tecnológica e econômica: o homem prometeico desafia o cosmos em nome do progresso e do lucro, e acaba por devastar o próprio mundo que habita. Guattari propõe uma ecosofia que integre as três dimensões da existência (ambiental, social e mental), reconhecendo que a destruição do planeta está intrinsecamente ligada à fragmentação da subjetividade e ao enfraquecimento dos vínculos humanos. Nesse horizonte, a crise ecológica é também uma crise estética e espiritual: a perda da sensibilidade para com a beleza e o mistério da vida. A partir de Agamben, o texto mostra que o capitalismo assumiu a função de uma nova religião, na qual o dinheiro ocupa o lugar do divino e o consumo se torna liturgia. Essa "teologia econômica" opera pela culpa e pela dívida, submetendo os indivíduos a um culto incessante que exige sacrifícios ambientais e humanos. A tragédia contemporânea, portanto, é a do homem que sabe o horror que produz, e mesmo assim destrói. Todavia, o texto aponta para saídas ecosóficas e éticas: o reencantamento da natureza, a formação de comunidades solidárias, a valorização da simplicidade e uma espiritualidade imanente que recupere o sentido do limite e da comunhão com o mundo. Inspirado em Nietzsche, o ensaio conclui que o trágico não deve ser negado, mas afirmado como potência criadora: é no reconhecimento do caos que o humano pode reencontrar a beleza e transformar o culto do dinheiro em culto ao cuidado.
PALAVRAS-CHAVE: ecosofia; tragédia; capitalismo; estética; religiosidade.

INJUSTIÇA EPISTÊMICA E DESIGUALDADE ESTRUTURAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EPISTEMOLOGIA SOCIAL

Júlia Gomes Milo Canela**

O conceito de injustiça epistêmica, elaborado por Miranda Fricker (2007), tornou-se uma referência central na filosofia contemporânea ao evidenciar como as relações de poder moldam a distribuição da credibilidade e restringem o acesso a recursos interpretativos. Ao introduzir essa categoria, Fricker mostra que o processo de conhecimento não se dá em um campo neutro ou igualitário, mas está profundamente atravessado por hierarquias sociais que determinam quem é considerado uma fonte confiável e quais experiências podem ser legitimamente reconhecidas como conhecimento. Desenvolvida em contextos anglo-americanos, essa formulação mostra-se, entretanto, limitada quando transposta para sociedades profundamente desiguais, como o Brasil, onde as exclusões epistêmicas se apresentam de forma estrutural e persistente. Nessas condições, a reflexão exige o diálogo com perspectivas interseccionais

* Mestre em Filosofia – UFMG. E-mail: luiz.mmabreu@gmail.com.

** Mestranda em Filosofia – UFMG. E-mail: juliagmc2002@gmail.com.

(Crenshaw, 1989), decoloniais (Lugones, 2008; Mignolo, 2003; Quijano, 2000) e latino-americanas (Carneiro, 2005, 2011; Ribeiro, 2017), que tornam visíveis camadas de opressão e silenciamento historicamente invisibilizadas. Ao compreender a injustiça epistêmica apenas como falha interpessoal na atribuição de credibilidade ou como lacuna hermenêutica, corre-se o risco de reduzir processos complexos de exclusão a interações individuais, desconsiderando dinâmicas mais amplas vinculadas à colonialidade, ao racismo estrutural e às desigualdades sociais. O diálogo com José Medina (2013), ao introduzir a noção de resistência epistêmica, e com Boaventura de Sousa Santos (2018), ao propor a ecologia de saberes, abre espaço para uma análise que considera a pluralidade dos modos de conhecer e os conflitos gerados pela monocultura do saber moderno-ocidental. Sob essa perspectiva, a desinformação pode ser compreendida como manifestação de ecologias epistêmicas desiguais, nas quais determinados grupos detêm privilégios na produção e validação do conhecimento, enquanto outros são sistematicamente marginalizados. Essa abordagem permite articular as categorias de injustiça epistêmica, epistemicídio e resistência epistêmica, ressaltando como os silenciamentos não se reduzem a episódios isolados, mas expressam estruturas históricas de exclusão. A análise evidencia que as disputas em torno do conhecimento ultrapassam a esfera da credibilidade individual, alcançando dimensões coletivas que envolvem memória, identidade e poder. Nesse sentido, a injustiça epistêmica adquire contornos distintos no Sul Global, onde a colonialidade do saber e do poder produz ecologias assimétricas de reconhecimento. A leitura dessas desigualdades, articulada às práticas de resistência, aponta para formas de reconfiguração da epistemologia social, mais sensíveis à valorização de saberes subalternizados e ao enfrentamento dos mecanismos que perpetuam o silenciamento estrutural.
PALAVRAS-CHAVE: injustiça epistêmica; epistemologia social; desigualdade; epistemicídio; resistência.

60 ANOS DE *NOSTRA AETATE*: MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, DIÁLOGO

Rémi Caucanas*

Neste ano do 60º aniversário da *Declaração Nostra Aetate sobre as relações entre a Igreja Católica e as religiões não cristãs*, promulgada em 1965, durante a sessão final do Concílio Vaticano II, esta contribuição tem como objetivo analisar o papel da memória e do esquecimento no surgimento e no desenvolvimento de uma ética do diálogo inter-religioso. O contexto do Concílio constituirá o nosso ponto de partida. Abalada pelos horrores da *Shoah* e não alheia ao movimento ecumênico, a Igreja Católica também retomou o relacionamento com o judaísmo por ocasião da Conferência de Seelisberg, em 1947, dos primeiros encontros organizados em Paris sob a égide da Fraternidade Abraão ou Associação Judaico-Cristã (AJC) e, a partir de 1958, sob o impulso decisivo do Papa João XXIII, que convocou o Concílio Vaticano II no ano seguinte. Agora, de acordo com os termos da *Declaração Nostra Aetate*, "escrutinando o mistério da Igreja, o santo Concílio recorda o vínculo que conecta espiritualmente o povo do Novo Testamento à linhagem de Abraão" (§4). Mas se o Concílio evoca a figura de Abraão, é também para não reduzir o diálogo inter-religioso a uma reaproximação com o novo Estado de Israel, oficialmente criado em maio de 1948. Na época dos trabalhos conciliares, os bispos do Oriente Árabe instaram a Igreja a ir além da relação judaico-cristã e a dirigir-se também aos muçulmanos que, "professando ter a fé de Abraão, adoram conosco o único Deus" (*Lumen Gentium*, § 16). No caso dos muçulmanos, porém, a *Declaração Nostra Aetate* apela ao esquecimento das "dissensões e inimizades" para "buscar

* Doutor – PUC Minas. E-mail: rcaucanas@gmail.com.

sinceramente a compreensão mútua, bem como proteger e promover juntos, para todos os homens, a justiça social, os valores morais, a paz e a liberdade" (§ 3). O compromisso da Igreja Católica com o diálogo inter-religioso orienta-se, portanto, desde o início, para uma melhor compreensão do outro, o que implica ter em conta memórias frequentemente feridas. Como essa orientação inicial evoluiu desde então? Em que medida podemos falar da formação de uma ética do diálogo baseada na memória e no esquecimento? Esta apresentação explorará as reviravoltas históricas e teológicas das relações inter-religiosas ao longo dos últimos sessenta anos para analisar as questões do diálogo ligadas à memória e ao esquecimento.
PALAVRAS-CHAVE: diálogo inter-religioso; memória; esquecimento.

ATELIÊ POESIA E VIDA: FILOSOFIA E HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA NO ENCONTRO EXTENSIONISTA ENTRE JOVENS E IDOSOS

David Rodrigues Camargos*

Este trabalho descreve a experiência de um extensionista do curso de Filosofia integrante do Lepppai/Proex ao participar do Ateliê Poesia e Vida, realizado na Paróquia Coração Eucarístico e conduzido pela professora Maria Madalena Loredo Neta. O projeto tem os idosos como público principal, e sua proposta central é resgatar memórias, sentimentos e experiências por meio da poesia, promovendo um encontro de partilha e escuta sensível. A vivência relatada evidencia a poesia não somente como recurso estético ou acadêmico, mas como caminho para a valorização da dignidade humana em todas as etapas da vida. Durante as atividades, a poesia se mostrou como uma ferramenta capaz de evocar lembranças e suscitar emoções profundas nos idosos. Ao ouvir declamações, eles reencontravam momentos marcantes de sua trajetória, expressos no brilho dos olhos, nos sorrisos e nas narrativas que emergiam espontaneamente. Esse reencontro com o passado não era apenas individual, mas compartilhado, criando laços de afeto entre os participantes e fortalecendo a sensação de pertencimento. Assim, o Ateliê transforma a poesia em mediadora de memórias, instrumento de expressão e, sobretudo, em ponte entre gerações. A experiência revela que participar do projeto não significa apenas levar poesia aos idosos, mas aprender a escutar com atenção e empatia. Esse exercício de escuta vai além da comunicação habitual, alcançando uma dimensão humanizadora que valoriza a singularidade de cada história de vida. Nesse sentido, o Ateliê dialoga com os princípios de um humanismo não reducionista, que reconhece a pessoa para além de funções utilitárias ou categorias fixas, valorizando sua totalidade – corpo, memória, emoção, espiritualidade e comunidade. Os encontros também sublinham a relação entre a extensão universitária e a formação integral dos estudantes, pois o projeto amplia a sensibilidade, fortalece a dimensão ética e aproxima os extensionistas das realidades humanas que muitas vezes passam despercebidas no cotidiano acadêmico. A poesia, ao ser vivida como prática de escuta e acolhimento, torna-se ferramenta pedagógica que contribui para a construção de sujeitos mais conscientes, solidários e abertos à alteridade. Em síntese, o Ateliê mostra-se como um campo privilegiado de exercício da escuta, de partilha de experiências e de promoção de vínculos afetivos, reafirmando valores de um humanismo não reducionista. A poesia, nesse contexto, é vivida como presença transformadora, capaz de ressignificar o envelhecimento e reconhecer a riqueza de cada existência e afirmar a filosofia como horizonte simbólico de sentido na linguagem, expressando o ser e ficar velho em metáforas.
PALAVRAS-CHAVE: poesia; extensão universitária; encontro intergeracional; humanismo não reducionista; memória.

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: davidrodrigues1712@hotmail.com.

29/10/25 (quarta-feira) – 14h-17h
Prédio 04 – Instituto de Filosofia e Teologia Dom João (**IFTDJ**)

GRUPO 1: ÉTICA E METAFÍSICA
Moderador: Prof. René Dentz
14h-17h – Sala 102

ENTRE O NÃO DITO E O INDECIDÍVEL: O PERDÃO COMO ÉTICA PÓS-ABSOLUTA

René Dentz*

Esta comunicação propõe pensar o perdão como possibilidade ética a partir da desconstrução de um Deus absoluto, articulando filosofia, psicanálise e teologia. A partir de *Vivendo até a morte*, Paul Ricoeur nos legou uma meditação radical sobre finitude, corporeidade e transcendência, em que a noção de "Deus sem absoluto" não configura uma negação de Deus, mas uma abertura hermenêutica: um Deus que se retira para que a liberdade e a responsabilidade humanas possam emergir. Tal deslocamento implica um abandono da soberania teológica e metafísica em favor de uma ética fundada na vulnerabilidade, na memória ferida e na escuta do irreconciliado. Dialogando com a psicanálise lacaniana, especialmente com a noção de real como aquilo que escapa à simbolização plena, o perdão se apresenta não como resolução da falta, mas como escuta do não dito – esse resto que persiste, insistente, no coração da linguagem e do sujeito. O perdão, assim, não visa reconciliar pela via da completude ou do fechamento narrativo, mas sustentar a falta como abertura. Nesse sentido, ele opera como gesto clínico e ético: escutar o que não se pode dizer, acolher a fissura que constitui o humano e manter o desejo vivo mesmo diante da ruptura. O não dito se transforma, então, em chamado ético à simbolização inacabada. Essa proposta se aprofunda no pensamento de Mark C. Taylor, cuja teologia pós-moderna recusa fundamentos absolutos em favor de uma estética do fragmento e de uma espiritualidade do provisório. Em sua leitura da "morte de Deus", não há uma ausência definitiva, mas uma reinvenção relacional da transcendência: Deus se retira como garantia para se insinuar como acontecimento – no intervalo, na fragilidade da relação, no indecidível. O perdão, nesse cenário, não é um mandamento imposto de fora, mas uma resposta singular e situada, um ato que emerge no meio do abismo entre os sujeitos. Entre a hermenêutica do fim (Ricoeur), o inconsciente lacaniano e a teologia débil (Taylor), o perdão revela-se, assim, como gesto ético radical: não fundado na lei, mas no risco; não sustentado por garantias, mas por escuta; não como resolução, mas como fidelidade à ferida que convoca à relação. Um perdão que, ao reconhecer a incompletude como condição humana, reabre a possibilidade do encontro – com o outro, consigo mesmo e, talvez, com um Deus que não se impõe, mas se deixa entrever.
PALAVRAS-CHAVE: hermenêutica; abismo; Deus sem absoluto; perdão; limite.

* Doutor. Professor de filosofia da PUC Minas. E-mail: renedentz@gmail.com

A ÉTICA DO LACAN COMO UMA BÚSSOLA DO DESEJO

Ana Luiza Xavier Lelles*

Ao falar sobre a ética em Lacan é necessário entender que ele parte de uma lógica do desejo do analista e não de um desejo político ordenado pelo seu tempo em que os laços são regidos por algoritmos e linhas de códigos. Tais laços são enfraquecidos pela pluralização do nome do pai em que o discurso presente é de um imperativo tendo apenas uma única saída: a política em que vendem e se veem nos holofotes. A psicanálise se afasta do seu discurso, ao tentar responder a demanda da sociedade contemporânea por saberes vazios reivindicados por aqueles que se nomeiam psicanalistas. É preciso ressaltar o ponto preciso onde Lacan limita o formalismo, cortando por assim dizer a matemática da coisa e seu ensino. Esse é o ponto inicial para se transmitir uma psicanálise em sua totalidade significante. Isso porque Lacan compreende que a psicanálise pode ser transmitida pela via da lógica dos matemas por ser escrita e assim não existir possibilidades de mal-entendidos sobre seu ensino. Lacan considera que o real é impossível de conhecer e aprender, mas possível de se representar por meio de matemas. Logo, o cerne da questão do desejo do analista está presente no objeto a, como sendo causa de desejo, que o evite cair na tentação de um gozo de saber vazio, em que ele saia da sua ocupação dentro do discurso do analista como sendo um objeto vazio e oco para o outro pequeno. Pois diante do objeto e do desejo, seu correlato, o real em jogo se transmuta. Não se trata mais de cálculo e sim de ética. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo escancarar a hiância que existe entre um analista orientado pelo seu desejo e sua ética, frente aos psicanalistas orientados por um discurso mercadológico. Sendo assim, é uma ética avessa à tradição. Podemos dizer que o ato psicanalítico parte do não sentido, do *non sense*, em que Lacan em seu último ensino localiza a bússola que orienta o analista que é pelo seu *sinthoma* e seu *savoir-y-faire*.
PALAVRAS-CHAVE: ética; Lacan; desejo; política; analista.

EXPERIÊNCIAS DE QUASE MORTE: IMPLICAÇÕES ÉTICAS E METAFÍSICAS

José Francisco Fernandes Júnior**

Considerando a ética como a área do saber que estuda as ações humanas, os princípios e valores relacionados ao comportamento, bem como a definição de certo ou errado, e concebendo a metafísica como área da filosofia que estuda a essência da realidade, o ser, sua natureza e seus princípios fundamentais, levantamos algumas relações entre essas temáticas e determinadas experiências que ocorrem em situações limítrofes do ponto de vista neurofisiológico, circunstâncias de ameaça à vida e de declarada morte clínica. Experiências de quase morte (EQMs) são experiências espirituais significativamente transformadoras nas quais os indivíduos alegam terem saído de seus corpos, presenciado cenas do ambiente, entrado em um túnel de luz, vivenciando sentimentos de paz e amor, tendo contato com seres espirituais e parentes falecidos. Um fenômeno particularmente intrigante dessas experiências envolve a vivência de profundas revisões de vida, nas quais os indivíduos alegam que foram conduzidos,

* Mestranda em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: anaxlelles@gmail.com.

** Especialista em Filosofia – Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: fernandes.junior@ufjf.br.

de forma empática e intensamente amorosa, a rever episódios da vida, inclusive aqueles em que teriam ferido ou magoado outras pessoas. Diante desse episódio, os indivíduos reportam uma consciência de certo e de errado, adquirem um marcante senso de análise sobre as causas e as consequências de suas ações, revivem momentos não só através de seus olhos, mas da perspectiva das outras pessoas, revelam uma autoconsciência crítica e profunda e admitem que isso mudou as suas ideias sobre o que é importante na vida (Greyson, 2023). A mensagem nuclear dessa experiência pode ser expressa como um "instrumento definitivo de ensino" (Ring; Valarino, 2001). A essência dessa experiência manifesta verdades fundamentais universais, observadas em contextos históricos, culturais, religiosos e espirituais diversos, apontando para um senso de propósito ético e moral; afinal, parte desses indivíduos passa a se importar em como vive e no que faz com sua existência. Esse evento singular é relatado como "mais real que o real", mais nítido e vívido do que as memórias comuns da vida. Essa ocorrência de clareza mental, lucidez e pensamento organizado, em circunstâncias extremas do ponto de vista cerebral, podem constituir um paradoxo filosófico e científico, revelando implicações metafísicas e desdobramentos para o debate filosófico acerca do problema mente-corpo. A notável sabedoria que emerge de circunstâncias neurofisiológicas em que se esperaria redução de consciência, confusão mental e ausência de memórias é um dado que pode instigar discussões sobre a natureza da mente e as profundas implicações éticas e metafísicas que surgem desse campo de estudo.
PALAVRAS-CHAVE: experiências de quase morte; EQMs; metafísica; ética; problema mente-corpo.

A POSSIBILIDADE DA ETICIDADE INCORPORADA NAS PEGADAS DE MAURICE MERLEAU-PONTY

Vagner Moreira da Silva*

Desde os primórdios, a reflexão filosófica acerca do corpo humano constitui um tema central da filosofia. É notório, por exemplo, que Sócrates (470-469 a.C.) não deixou escritos. No entanto, o tema que emerge na esteira de sua meditação, conforme registrado pelas fontes históricas, orbita em torno do homem e das coisas humanas. Ao interrogar sobre o homem, a reflexão socrática punha em curso no horizonte reflexivo a possibilidade de descrever, perscrutar, refletir e definir o corpo, mesmo que sob a luz de sua dimensão profunda. O pensador Maurice Merleau-Ponty, retomando a preocupação acerca do corpo, por ele descrito como corpo-próprio, suspende a capacidade exclusivamente judicante do sujeito e constata que não percebemos o nosso próprio corpo no espaço e no tempo como um objeto isolado. Ao contrário, acessamos a existência pelo nosso corpo, coexistindo em uma unidade indissolúvel com o mundo e com os outros, desprovido de pressupostos mentais que visam instrumentalizá-lo. Assim, ele afirma: "Não tenho outro modo de conhecer o meu corpo senão vivendo-o. Retomando por minha conta o drama que o transpassa e me confunde com ele, ou como esboço provisório de meu ser total" (Merleau-Ponty, 2011, p. 269). Essa constatação parece abrir um caminho para repensarmos nosso agir, assumindo-nos continuamente sem dissociações entre pensamento e práticas, entre projeto pessoal e vida pública, e entre o ser histórico em processo ao longo da vida e escolhas nas relações com outros sujeitos. Portanto, trata-se de um caminho perceptivo, pelo próprio corpo vivo, vivido e sentido no agir pelo qual sempre respondemos. Isso requer não apenas a capacidade reflexiva mental, mas, acentuadamente, a posse perceptiva

* Mestre em Filosofia – FAJE. E-mail: vagner.moreira@sga.pucminas.br.

do próprio corpo, do qual não nos desvencilhamos, para recolocar nossa relação com ele e com outros corpos com os quais nos relacionamos. Esta abertura originada da condição de sermos nosso próprio corpo suscita-nos igualmente a repensar as marcas e trajetórias de nossos corpos com as quais percebemos e descrevemos nosso corpo falante. Ele como espaço de registros, ele como a realidade com a qual resulta a minha subjetividade, pois o autor em questão coloca a impossibilidade de ser sujeito sem antes ser o seu próprio corpo.
PALAVRAS-CHAVE: percepção; suspensão; corpo-próprio; ética.

DIÁLOGOS ENTRE EMMANUEL LÉVINAS E ENRIQUE DUSSEL: CONJECTURAS SOBRE OS FUNDAMENTOS DE UMA ÉTICA DA REALIDADE

Igor Alves Noberto Soares*

Esta comunicação expõe a pesquisa doutoral realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, cujos pressupostos filosóficos utilizados para compreender as margens da prolação de uma decisão judicial foram conjecturados nas virtudes de um pensamento decolonial e sistematizados a partir de diálogos possíveis entre Emmanuel Lévinas e Enrique Dussel. Nos limites de uma pesquisa exploratória, baseada em método hipotético-dedutivo sustentado por revisão de literatura, a dúvida pairou sobre algumas leituras equivocadamente erigidas em relação à obra de Enrique Dussel, mais precisamente contra uma ótica simplista acerca do compêndio intitulado *Filosofia da libertação*, como se o referido autor simplesmente expusesse uma tentativa irracional de superação dos escritos levinasianos. Pelo contrário, ao reconstruir as propostas de Lévinas sobre a compreensão da responsabilidade irrestrita pelo Outro antes mesmo da constituição do Ser, cuja existência nos impele à saída sem retorno ao encontro coletivo para subverter o *logos* centrado no Eu, Enrique Dussel concordou com a necessidade de sublevar as derrocadas defesas de uma identidade única projetadas pela difusão do pensamento eurocêntrico-ocidental. Aqui interessa pensar nos contributos de Lévinas ao caracterizar a Ética enquanto Filosofia Primeira, cujo arranjo sistêmico tentou vencer as antigas armadilhas promovidas pela Filosofia Ocidental quando da perpetuação de um caráter ontológico do sujeito em razão de um dado totalizador e universal, como se não existisse traços fundamentais de diferença entre as pessoas. Por isso, ao cunhar a sua Ética da Libertação, Enrique Dussel foi além da demarcação levinasiana do Outro enquanto rosto sem contexto, a fim de introduzi-lo numa perspectiva de produto dos processos de dominação e encobrimento, sobretudo na América Latina. De fato, há certa ingenuidade em Lévinas ao considerar uma responsabilidade unilateralmente constituída, como se fosse crível pensar em grupos sociais organizados em simetria – algo superado pela sociedade do cansaço e pelo apego à maximização dos processos criados pelo neoliberalismo na tomada das liberdades. Por isso, resta impraticável pensar no Outro senão em um contexto dado pela própria historicidade do poder colonial, motivo pelo qual o horizonte de reconstrução do significado do rosto precisa considerar a diversidade e o pluralismo – ou seja, o rosto é significado demarcado. A Ética da Alteridade, portanto, precisa ser desvelada quando de uma submissão absoluta à alteridade desconhecida, motivo pelo qual faz sentido entender o Outro somente no seu contexto, dando-lhe significado a partir de sua realidade na libertação.
PALAVRAS-CHAVE: ética da alteridade; ética da libertação; diálogos.

* Doutor em Direito – Afya Sete Lagoas. E-mail: igor.ansoares@yahoo.com.

GRUPO 2: ÉTICA E METAFÍSICA
Moderador: Prof. Thiago Teixeira
14h-17h – Sala 106

A MANIPULAÇÃO POLÍTICA DO ESQUECIMENTO: O RACISMO COMO CONSTRUÇÃO DO NÃO SER

Thiago Teixeira*

Este trabalho tem como objetivo compreender, à luz das teses da filósofa brasileira Sueli Carneiro (2023), as articulações dos dispositivos de racialidade, bem como o seu interesse hostil pela desumanização, pelo apagamento da presença e pela ritualização das violências simbólicas e materiais que sustentam o racismo antinegro. Trata-se, nesse sentido, de uma análise ético-política que evidencia o racismo como uma articulação de poder que mina a possibilidade da alteridade, uma vez que não apenas posiciona o negro como "o outro", mas também sustenta compreensões que transformam essa outridade em oposição radical, em alvo. Assim, é possível observar a construção de pactos políticos que se interessam pela detração pública ou pelo apagamento de vidas designadas ao largo das normas político-sociais. O "contrato racial" (Mills, 2023) reflete o interesse de grupos hegemônicos em manter seguros os seus lugares de acesso e protagonismo político. Assim, a branquitude, enquanto maquinário tecnopolítico que constrói modelos de subjetividade, precarização e exclusão, alicerça-se nas concepções modernas e coloniais da igualdade. Logo, os sujeitos que posicionam a si como semelhantes tornam-se signatários do pacto, inclusive da humanidade; os outros, marcados pelos instrumentos políticos de discriminação, são indiciados a partir das suas diferenças. O racismo revela uma memória colonial que se infiltra de forma estrutural e estruturante em nossas relações, desintegrando a humanidade de sujeitos anunciados como dissidentes. No interior dessa articulação de poder encontra-se a implementação da norma racial que, de forma sofisticada, é ventilada, enquanto discurso, pelos dispositivos de poder (Foucault, 2000), isto é, um conjunto de técnicas e narrativas cujo propósito é publicizar a norma, construir interioridades e exterioridades e, ao mesmo tempo, conjurar os limites políticos do que será validado como vida. Assim, os dispositivos de poder servem aos muros biopolíticos, isto é, às fronteiras que definem quais vidas merecem viver e quais, por estarem posicionadas à distância da norma – nesse caso, racial – podem perecer. A filósofa compreende que a produção normativa do ser, da vida qualificada e reconhecida, fundamentada sobretudo nas associações de humanidade erigidas pela branquitude – enquanto sistema de poder – resulta no gerenciamento de dispositivos de racialidade que posicionam os sujeitos negros à margem da norma, isto é, na fronteira da humanidade como corpos passíveis de esquecimento. Desse modo, interessa-nos, nos caminhos de uma filosofia moral, compreender a fissura na alteridade provocada pelo racismo, enquanto tecnologia de terror.
PALAVRAS-CHAVE: dispositivo; racialidade; biopoder; alteridade; poder.

* Professor de Filosofia da PUC Minas. E-mail: thiagoteixeiraf@gmail.com.

CONSCIÊNCIA MORAL: SENTIDO E CRISE EM LIMA VAZ

Lucas de Souza Martins*

O interesse do nosso trabalho é abordar a categoria de Consciência moral, à luz do pensamento de Henrique Cláudio de Lima Vaz, preclaro filósofo brasileiro cuja bibliografia nos ajuda a compreender variados problemas éticos, tanto do passado quanto do presente, por meio de uma lucidez ímpar acerca da história humana e dos mais diversos sistemas da filosofia. Ao expor sua ideia sobre o termo, Lima Vaz fundamenta-se na síntese das concepções intelectualista greco-romana e voluntarista bíblico-cristã e rejeita o lugar para o qual a modernidade e a contemporaneidade o relegaram. Tendo em vista a importante função da consciência moral para o indivíduo no seio da sociedade e levando em consideração que esse termo, a partir do advento da modernidade, conheceu sua crise semântica e efetiva, temos a modesta pretensão de desenvolver um trabalho que faça ressoar a teoria de Lima Vaz sobre o lugar da consciência moral no agir humano como instância judicativa orientada por um horizonte normativo. Para tal, nos valeremos do pensamento do filósofo mineiro, que no texto *Crise e verdade da consciência moral* faz uma análise fenomenológica do termo, a fim de redescobrir o seu real sentido e lançar luzes sobre sua crise que, em sua face mais profunda, sinaliza uma crise do próprio *ethos*. Para tal, é preciso também tratar das correntes de pensamento com as quais o filósofo dialoga, o que faz com que nosso trabalho aborde teorias sobre a consciência moral em variadas épocas dentro da história da filosofia. Nesse intercâmbio epocal, perceberemos que a ideia vaziana de consciência moral não se situa entres cânones de tantos autores modernos e contemporâneos que tomam como obsoleto o pensamento dos grandes filósofos da antiguidade, sobretudo adotando uma postura antimetafísica, mas fazendo uma leitura perspicaz daqueles que lançaram as sementes do trabalho filosófico, Lima Vaz redescobre, em cada época e teoria, princípios capazes de orientar os tempos atuais. Assim sendo, uma tarefa indeclinável se impõe à reflexão ética, qual seja a da recuperação do conceito de consciência moral no seu perfil teórico de norma subjetiva última e irredutível do agir moral, mediadora entre o sujeito e o mundo ético.
PALAVRAS-CHAVE: consciência moral; ato moral; crise; sentido; Lima Vaz.

ÉTICA E METAFÍSICA NO *CRÍTON* DE PLATÃO: JUSTIÇAS CONTINGENTES E FORMA INTELIGÍVEL DE JUSTIÇA

Lucas Abreu Lacerda**

No diálogo *Críton*, de Platão, o personagem principal, Sócrates, é condenado à morte, tendo sido associado à corrupção da juventude. Na prisão, Sócrates recebe a visita de Críton, que, diante da iminente morte de Sócrates, orienta que o filósofo fuja, tendo como ponto de partida a ideia de que a fuga preservaria não só a vida, mas também a honra do próprio Sócrates. Sócrates recusa a proposta com base na sua convicção de que nunca se deve cometer uma injustiça, mesmo que seja resposta a uma outra. Para a personagem principal o que importa não é simplesmente viver, mas viver bem, e isso implicaria viver de acordo com a justiça. Fugir, mesmo diante de uma sentença injusta, equivaleria a uma traição aos princípios que sempre

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: lm75141@gmail.com.

** Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: lucaslacerdaab@outlook.com.

orientaram sua vida e seria a corrupção da própria alma. Diante do exposto, esta comunicação tem como objetivo geral analisar, a partir do diálogo *Críton*, como Platão articula a noção de justiça, relacionando-a com a dimensão ética, metafísica e jurídica; e como objetivo específico, investigar de que modo Sócrates, ao recusar a fuga da prisão, exemplifica a fidelidade à justiça, distinguindo a justiça verdadeira das normas contingentes. Este estudo se justifica pela relevância atemporal do diálogo *Críton*, em que Platão, por meio da voz de Sócrates, apresenta uma reflexão que ultrapassa os limites da pólis ateniense e se projeta para debates éticos e jurídicos ainda atuais. A metodologia adotada possui caráter de estudo bibliográfico, com base na leitura interpretativa do diálogo e em produções acadêmicas que exploram a noção de justiça em Platão. Este estudo atinge seu objetivo ao constatar que Platão articula a noção de justiça vinculando-a com algo que existe em si e por si, a forma inteligível que se caracteriza como uma essência eterna e verdadeira, o justo tratado por ele como a harmonia suprema que unifica todas as virtudes e garante a felicidade. A obediência às leis participa da forma inteligível de justiça, mesmo que as normas sejam ao juízo da multidão injustas, a obediência a elas está vinculada à noção de que estas mesmas leis possibilitaram a educação do indivíduo. Sócrates, ao recusar a fuga da prisão, exemplifica toda a dimensão inteligível de justiça que passa pelo exercício da virtude da alma.
PALAVRAS-CHAVE: ética; formas; justiça; *Críton*; Platão.

MAPAS MORAIS DA HUMANIDADE: A ANTROPOLOGIA KANTIANA COMO PROJETO ÉTICO-TELEOLÓGICO

Daniel Ribeiro Vieira*

A partir do contexto da moralidade e da convivência ética em sociedade Immanuel Kant em *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798) busca fundar um tratado teológico que valorize a capacidade de escolha volitiva do ser humano. Nesse sentido, a concepção de que a condição moral do indivíduo se constrói por meio de sua vontade racional, e não de seus instintos naturais, alarga a discussão para se compreender como a antropologia kantiana, enquanto doutrina prática da prudência, serve como mediação entre os princípios morais universais e sua aplicação concreta no mundo empírico. Desse modo, a disciplina da antropologia, segundo o autor, deve ser entendida pragmaticamente, isto é, como o estudo daquilo que o ser humano faz ou pode fazer de si mesmo enquanto agente livre. Essa abordagem visa formar um cidadão do mundo, dotado de sabedoria e prudência, capaz de contribuir para a realização de um todo moral. A prudência, nesse contexto, não se confunde com a moralidade, mas possui valor normativo próprio ao orientar a ação segundo o bem-estar e a felicidade, operando como condição subjetiva para a efetividade moral. Por conseguinte, se investiga de igual maneira a tensão entre o caráter empírico da antropologia e os fundamentos *a priori* da ética kantiana; a fim de se resolver essa tensão, propõe-se uma leitura da antropologia moral como um campo "quase-transcendental", conforme sugerido por Muchnik, que permite articular a liberdade noumenal com as tendências empíricas da espécie humana. Essa articulação é crucial para compreender como a moralidade se realiza na história, por meio da educação, do cultivo do caráter e da superação do egoísmo (lógico, estético e moral). Assim, Kant estabelece quatro elementos teleológicos que orientam o desenvolvimento da humanidade rumo à perfeição moral, ainda que essa perfeição não seja alcançável pelo indivíduo isoladamente. Dessa forma, o sujeito kantiano é visto como um ser em constante formação,

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: dd363273@gmail.com

impulsionado pela razão a construir uma comunidade ética universal. Por fim, pode-se afirmar que a antropologia pragmática não apenas complementa a *Metafísica dos costumes*, por sua vez é indispensável para sua aplicação; enquanto isso, aquela prepara o terreno para o cosmopolitismo moral, ao mostrar como os seres humanos, ao abandonarem seus impulsos egoístas, podem se unir em uma sociedade voltada à realização da liberdade e da lei moral como fim último da existência.

PALAVRAS-CHAVE: todo moral; doutrina prudencial; razão volitiva; antropologia teleológica.

A MORTE DE DEUS COMO FUNDAMENTAÇÃO LÓGICA PARA O *ÜBERMENSCH* ENQUANTO TÓPICO MORAL

Pedro Felipe de Jesus Oliveira*

Nietzsche, um dos filósofos mais influentes do final do século XIX, representa uma ruptura radical com os sistemas filosóficos que o precederam. Sua obra não apenas questiona, mas subverte os pilares do pensamento ocidental. Ao declarar a célebre "morte de Deus", ele não se refere a uma constatação literal, mas sim à falência da tradição filosófica e da metafísica que, por séculos, serviram de fundamento para a moral e os valores humanos. Essa declaração revela uma crise profunda da moral baseada na transcendência, incapaz de oferecer sentido à vida na modernidade. Para Nietzsche, negar o mundo e a vida em nome de ideais platônicos ou celestiais é reduzir o ser humano a um mero objeto da razão, ignorando dimensões fundamentais como o corpo, a moral imanente e a psique complexa. Essa negação empobrece a experiência humana. É a partir dessa crítica que ele propõe o conceito de *Übermensch* (além-do-homem), uma figura que surge da falência dos valores tradicionais. Em vez de se apegar a dogmas externos, o *Übermensch* cria seus próprios valores e assume a vida em sua totalidade, com suas contradições e desafios. Ele não busca fundamentos transcendentes; ao contrário, afirma a existência como ela é, superando o niilismo e o pessimismo decorrentes da perda dos antigos referenciais. Nietzsche rejeita qualquer tentativa de fundamentar esse conceito em sistemas filosóficos com bases metafísicas, pois o *Übermensch* é o oposto dessas estruturas. Desde Descartes até Kant e Hegel, a filosofia buscou construir sistemas racionais e transcendentes que, segundo Nietzsche, falham ao se confrontar com a realidade concreta e pulsante da vida. Kant e Hegel, embora brilhantes, propuseram sistemas que não se conectam com a experiência humana real. Observando a decadência da metafísica e da moral cristã, que via como forças castradoras, Nietzsche propõe uma nova visão ética, desvinculada de ideais transcendentes e focada na afirmação da vida. A morte de Deus abre espaço para a criação de novos valores, enraizados na existência concreta. Assim, a transvaloração de todos os valores e a superação do homem rumo ao *Übermensch* só são possíveis ao abandonarmos os fundamentos religiosos e metafísicos. Essas perspectivas são incompatíveis; o pensamento de Nietzsche exige uma ruptura radical com o passado para que uma nova forma de existência, mais autêntica e potente, possa emergir.

PALAVRAS-CHAVE: metafísica; valores; moral; vida; crise.

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: pedro.felipe@sga.pucminas.br.

GRUPO 3: HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA
Moderador: Prof. Dr. Robson Figueiredo Brito
14h-17h – Sala 104

JOGOS EDUCATIVOS NO ENSINO DE FILOSOFIA: INTERDISCIPLINARIDADE E HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA

Robson Figueiredo Brito*

O uso de jogos educativos na aula de Filosofia constitui desafio relevante, sobretudo quando se busca o engajamento de estudantes de outros cursos da Universidade que têm em sua grade curricular disciplinas filosóficas como: Razão e modernidade e antropologia e ética. O ponto de partida desse trabalho em sala de aula é a questão formulada por Chauí (2000): para que filosofia? Essa pergunta permite destacar que a primeira característica da atitude filosófica é um "não" dirigido ao senso comum, aos preconceitos, pré-juízos e às ideias cristalizadas no cotidiano, àquilo que "todo mundo diz e pensa", ao que está estabelecido. A fim de despertar essa postura crítica e reflexiva, condição essencial da prática filosófica, propõe-se a compreensão intertextual com a obra de Adichie (2009), *O perigo de uma história única*, que problematiza a redução de uma realidade complexa a uma única narrativa. Após essa introdução, os estudantes são convidados a identificar situações ou temáticas brasileiras contemporâneas que revelem riscos de construção de histórias únicas tais como: o negacionismo científico, os preconceitos em torno da ciência e questões antropológicas que reforçam visões estereotipadas. A atividade consiste em analisar de que maneira essas narrativas reducionistas se consolidam, quais perspectivas são apagadas e que outras histórias poderiam ser contadas. A partir dessa reflexão, os estudantes elaboram propostas de jogos educativos que possibilitem dar visibilidade a narrativas silenciadas, estimulando a criatividade, a criticidade e a valorização da diversidade de experiências. O maior desafio reside no envolvimento dos participantes, que já chegam atravessados pela reprodução de histórias únicas, seja em razão da dificuldade de acesso à leitura e à informação e ou da ausência de ferramentas que favoreçam a interpretação crítica da realidade. Nesse sentido, as discussões relativas ao humanismo não reducionista – capacidade humana de ter agência, de criar e transformar a realidade – funcionam como suporte teórico, pois se opõem à ideia de reduzir o humano a uma única perspectiva, reconhecendo a pluralidade das experiências. O acompanhamento pedagógico-filosófico, desenvolvido de modo processual, apoia os estudantes na criação de jogos que contribuam para a desconstrução de preconceitos. Como destacou uma estudante produtora de um jogo: "o limite entre dar crédito a uma história única e questioná-la criticamente é muito pequeno; muitas vezes a força do preconceito é muito grande". Assim, a proposta pretende promover uma formação filosófica aliada ao humanismo não reducionista que possibilite a reconstrução de novas narrativas que ampliem a compreensão da realidade.
PALAVRAS-CHAVE: filosofia; jogos educativos; humanismo não reducionista; história única; reflexão crítica.

* Doutor. Professor de Filosofia da PUC Minas. E-mail: robsonpucminas@gmail.com.

LER COM A PROEX: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA E FORMAÇÃO FILOSÓFICA A PARTIR DO HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA

Izabela Silva Moreira*

Na graduação, a prática de leitura e escrita assume função central para que os estudantes se reconheçam como sujeitos no campo da Filosofia e no contexto universitário mais amplo, bem como a interação com debates filosóficos possibilita a construção de uma compreensão crítica e interpretativa do conhecimento, permitindo que desenvolvam habilidades argumentativas e de produção textual. Esse processo inicial de inserção acadêmica incentiva o protagonismo intelectual, estimulando a capacidade de formular hipóteses, analisar conceitos e propor respostas fundamentadas. Nesse sentido, a leitura e a escrita tornam-se instrumentos essenciais para a apropriação da linguagem e a constituição de identidade acadêmica, evidenciando a dimensão humanista do aprendizado, em oposição a uma visão reducionista que limita o estudante à aquisição mecânica de conteúdos. O humanismo não reducionista valoriza a integralidade do sujeito, reconhecendo-o em sua historicidade, sociabilidade e potencial de engajamento com os outros, e com o mundo. As reflexões de Street (2014) reforçam essa perspectiva ao mostrar que cada prática de letramento está associada a comunidades específicas, carregadas de dimensões históricas, sociais e ideológicas. Dessa forma, a leitura e a escrita não são neutras e elas traduzem relações de poder, atravessam culturas e moldam identidades, promovendo uma compreensão do indivíduo que vai além de uma visão simplificada ou fragmentada. Brito (2019) destaca que a experiência acadêmica deve ser entendida como prática social concreta, em que os estudantes se inserem em contextos históricos, culturais e discursivos diversos. No primeiro semestre de 2025, essa abordagem foi operacionalizada por meio do Ateliê Ler com a Pró-Reitoria de Extensão (Proex), vinculado à disciplina de Leitura e Escrita do curso de Filosofia. A iniciativa ofereceu oportunidade significativa de formação intelectual e humana, incentivando os estudantes a vivenciarem práticas extensionistas que conectam o saber universitário às demandas e vozes da comunidade por meio de metodologias ativas de aprendizado. O Ateliê buscou: a) apoiar a prática de leitura entre diferentes atores sociais – estudantes, professores, funcionários e membros da comunidade externa e; b) criar espaços de diálogo entre esses sujeitos e os grupos de trabalho da Proex. A leitura e análise de crônicas de Manguel (2021), extraídas da obra *Notas para uma definição do leitor ideal*, permitiu que estudantes e funcionários trocassem impressões, produzissem registros escritos e refletissem criticamente sobre os temas abordados. Essa experiência reforçou um humanismo não reducionista, centrado na interação, na responsabilidade social e na valorização integral do sujeito, consolidando vínculos entre Universidade e Sociedade.
PALAVRAS-CHAVE: humanismo; letramento; filosofia; extensão; leitura.

* Mestra – PUC Minas. E-mail: izabela090@hotmail.com.

SEMEAR ESPERANÇA: HUMANISMO E INCLUSÃO NO PROGRAMA APAC DE EXTENSÃO

Matheus Lopes Coelho*

O projeto "Em busca do Humano e da Humanidade", sob a orientação do prof. Dr. Robson Figueiredo Brito, em conjunto com a iniciativa "Deus é para Todos", articula os cursos de Filosofia e Teologia, desenvolvendo ações de extensão junto às Instituições APAC Masculina e Feminina. Seu objetivo central é levar aos(às) recuperandos(as) uma palavra de esperança que contribua para a reconstrução de um horizonte de sentido em sua vida, frequentemente obscurecido pelo crime cometido e pelo estigma social. Nesse contexto, o projeto valoriza a escuta atenta e o diálogo, permitindo que os participantes expressem suas experiências, angústias e reflexões, muitas vezes reprimidas pela sociedade, o que gera uma invisibilidade que reforça sua marginalização. A metodologia adotada consiste na promoção de rodas de conversa em que se abordam temas filosóficos, sociais e religiosos, de forma acessível e sem imposição doutrinária, respeitando as crenças individuais dos recuperandos. Ao trabalhar a palavra, busca-se auxiliar os participantes na recuperação do sentido da própria vida, ajudando-os a reconhecer sua dignidade e a refletir sobre questões profundas como perdão, responsabilidade e reconstrução de projetos de vida. Um exemplo significativo ocorreu ao discutir o perdão, não apenas segundo a tradição bíblica, mas também sob perspectivas filosóficas e psicológicas, o que provocou reflexões impactantes, como a pergunta de uma recuperanda: "Como vou perdoar alguém que eu já matei?", revelando a complexidade da realidade vivida por essas pessoas e o peso que carregam em sua consciência. O projeto também contribui para a formação dos extensionistas, muitos dos quais estão inseridos em contextos católicos e visam ao sacerdócio. A experiência prática nas APAC's permite uma aproximação com realidades marginalizadas que, na atuação futura em paróquias, poderão necessitar de acompanhamento e suporte. A integração com o "Deus é para Todos" reforça a dimensão espiritual da ação, mostrando que a fé pode ser um instrumento de esperança e humanização, sem impor dogmas, mas reconhecendo que todos têm direito a uma experiência de transcendência e acolhimento. Dessa forma, "Em busca do Humano e da Humanidade", articulado ao "Deus é para Todos", constitui uma experiência de extensão que integra teoria e prática, filosofia e teologia, ação e reflexão. O projeto amplia horizontes de sentido tanto para os recuperandos quanto para os extensionistas, promovendo a valorização da vida, da escuta, do diálogo, do perdão e da espiritualidade como elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, humana e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: diálogo; perdão; humanismo; extensão; espiritualidade.

RODAS DE CONVERSA NA APAC: EXPERIÊNCIAS DE ESCUTA, CUIDADO E RESSIGNIFICAÇÃO

Maria Eduarda de Aquino Santos**

O modelo de recuperação da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) propõe uma alternativa ao sistema prisional convencional, fundamentada na dignidade humana, na corresponsabilidade e na valorização da subjetividade, ancorado no Método de mesmo nome. Inserido nesse contexto, apresentamos um relato de experiência sobre a condução de rodas de

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: matheuslopescoelho2015@gmail.com.

** Graduação em Filosofia – PUC Minas. E-mail: mariae.aquinosantos@gmail.com.

conversa com recuperandas da unidade feminina da APAC em Belo Horizonte, por meio do projeto de extensão do curso de Filosofia, “Em busca do humano e da humanidade”, vinculado ao programa APAC PUC Minas. O objetivo é compartilhar a experiência vivida, destacando o potencial das rodas de conversa como estratégia de escuta, cuidado e elaboração simbólica. As rodas de conversa, enquanto prática dialógica e coletiva, configuraram-se como uma metodologia extensionista potente na promoção de vínculos e na construção de espaços de subjetivação para mulheres em privação de liberdade. Os encontros ocorreram quinzenalmente, com duração média de uma hora, reunindo entre 30 e 50 recuperandas e um grupo extensionista composto por estudantes de Psicologia e Filosofia, além de uma pedagoga vinculada ao Laboratório de Extensão, Práticas, Pesquisa, Publicação Acadêmica e Internacionalização (LEPPPAI). As rodas foram organizadas a partir de temas disparadores construídos coletivamente e pautadas pela escuta ética e acolhedora, abordando questões como o lugar da mulher, o perdão, o luto, a maternidade e os projetos de vida. Os resultados evidenciaram o fortalecimento dos vínculos grupais, a ampliação dos espaços de fala e escuta, a diminuição dos conflitos internos entre as recuperandas, bem como a emergência de reflexões significativas sobre vivências pessoais, familiares e institucionais. Além disso, observou-se a possibilidade de elaboração simbólica de angústias e de ressignificação de trajetórias, favorecendo o reconhecimento das recuperandas como sujeitos de direitos e ampliando a percepção de pertencimento. Do ponto de vista extensionista, a experiência reafirma a relevância das rodas de conversa como recurso metodológico humanizador, ao promover diálogo, cidadania e inclusão social, além de contribuir para a formação dos extensionistas, que puderam vivenciar a prática da escuta ética em um contexto de vulnerabilidade. Conclui-se que, nesse cenário, as rodas de conversa se constituem como uma prática restaurativa e transformadora, por possibilitar cuidado, diálogo e reconstrução da experiência subjetiva.
PALAVRAS-CHAVE: rodas de conversa; justiça restaurativa; extensão universitária; processos de subjetivação; mulheres em privação de liberdade.

CINEMA E FILOSOFIA: A SÉTIMA ARTE – ESPELHO CRÍTICO DA SOCIEDADE E HORIZONTE PARA UM HUMANISMO NÃO REDUCIONISTA – PROPOSTA DE EXTENSÃO INOVADORA

Alexandre José Rabelo Peixoto*

O Projeto de Extensão Cinema e Filosofia constitui uma iniciativa singular do Curso de Filosofia, cuja proposta é articular reflexões entre a filosofia, a psicanálise e a sétima arte por meio do diálogo entre um(a) filósofo(a) e um(a) psicanalista; cada encontro se dedica a analisar filmes ou documentários populares, evidenciando símbolos, narrativas e situações que atravessam a sociedade contemporânea. E, agora, em parceria com a Sociedade Brasileira de Psicanálise, multiplica os pontos de vista sobre a mesma obra, ampliando a compreensão cultural dos participantes cumpre um dos ODS que é o da educação de qualidade. Trata-se de um espaço privilegiado para o exercício do pensamento crítico e criativo, que possibilita um aprendizado tanto rigoroso quanto dialógico. Assistir a um filme e, em seguida, escutá-lo ser analisado por diferentes campos do saber, torna o conhecimento mais acessível e instigante, ao mesmo tempo que estimula a formação cultural. Dessa forma, o projeto cumpre o papel de difundir valores ligados a um humanismo não reducionista, capaz de valorizar a complexidade da experiência humana sem reduzi-la a visões simplificadoras. Com 26 anos de existência, o

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: ajrpeixoto@sga.pucminas.br

projeto consolidou-se como tradição acadêmica e cultural e, desde a pandemia, passou a ser realizado em formato *online*, o que permitiu sua abertura digital e a participação de pessoas em diversos territórios, para além dos limites físicos da Universidade. Esse caráter em rede amplia o alcance das discussões e fortalece a ideia de que a filosofia e o cinema podem ser caminhos para a democratização do saber e para a construção de debates mais inclusivos. A dinâmica do Projeto envolve quatro papéis centrais: o filósofo convidado, que conecta o filme a determinada área do conhecimento filosófico; o psicanalista, que oferece uma leitura clínica e simbólica da obra; o estagiário do Curso de Filosofia, responsável pela transmissão via YouTube; o mediador, papel exercido pelo Coordenador de extensão. A estrutura prevê a apresentação de cada palestrante por cerca de 30 minutos, seguida de um diálogo mediado e da interação com o público, que pode enviar perguntas em tempo real. Essa prática fomenta a abertura à reflexão crítica, conectando cenas ficcionais ou históricas às realidades vividas, de modo a possibilitar novas compreensões dos problemas atuais. Ao longo de sua trajetória, o Cinema e Filosofia já impactou centenas de estudantes e interessados, consolidando-se como um evento de reflexão permanente e de construção de horizontes para um futuro mais humano e consciente.
PALAVRAS-CHAVE: filosofia; cinema; psicanálise; extensão universitária; Humanismo.

GRUPO 4: METAFÍSICA E AFETIVIDADE
Moderador: Prof. Dr. Fabiano Veliq
14h-17h – Sala 112

O CONCEITO DA IMORTALIDADE DIGITAL E O IMPACTO DESSE CONCEITO NA VIVÊNCIA DO LUTO CONTEMPORÂNEO

Fabiano Veliq*
Sabrina Ferreira Vieira**

Esta pesquisa busca compreender o conceito da imortalidade digital na contemporaneidade, tratando sobre a permanência do morto no ambiente digital e suas manifestações na sociedade, em especial no processo do luto. Nesse sentido, o objetivo é a reflexão acerca das novas possibilidades de enfrentamento do luto, considerando o fenômeno *onlife* – a diluição das barreiras entre o mundo real e digital –, diante do conceito supracitado. O projeto assume uma análise interpretativa de livros e artigos, usufruindo como principal referência a obra *Fantasmas digitais*, de Davide Sisto (2023). A metodologia adotada é qualitativa e bibliográfica, articulando o debate entre tanatologia digital, imortalidade e luto. Durante o processo de pesquisa, fomos capazes de delimitar o conceito de imortalidade digital e compreender o modo como os mortos permanecem em suas habitações virtuais junto aos vivos. Essa concepção de imortalidade digital coloca desafios no enfrentamento do luto, pois os vivos encontram o alívio da dor avassaladora da perda na possibilidade de rever os seus mortos, mesmo que em fotos, vídeos, *chatbots* e hologramas; porém, a imortalidade dos mortos se depara com alguns dilemas, entre eles, a evolução da identidade digital que não acompanha a identidade dos vivos, a modulação do falecido a partir de histórias narradas que omitem lembranças indesejáveis e a impossibilidade de encerrar a vida completamente na *web* como consequência das diversas partilhas, replicações e processos parecidos. Essa noção de imortalidade digital pode ter um impacto grande na forma como o luto é vivido por aqueles que ficam, pois os mortos, cientes ou não, continuam na *web*, parados no tempo, desconhecendo o seu passado, em função dos seus dados espalhados por toda a internet, ao passo que aos vivos são possibilitadas novas formas de contato com os que foram, podendo, ao mesmo tempo, trazer complicações no excesso, banalizando a realidade e o real significado da morte. Assim, esse conceito traz dilemas éticos quanto à memória, à identidade, à morte e às relações humanas, redefinindo a metafísica da compreensão da morte. Por essa razão, pensar a ética da imortalidade digital é também pensar nos limites da presença e da identidade diante da experiência humana.
PALAVRAS-CHAVE: imortalidade digital; *web*; luto; identidade; ética.

IMORTALIDADE DIGITAL E A RELAÇÃO COM O OUTRO

Jordana Greco Ferreira***

Esta comunicação visa apresentar o tema da imortalidade digital, seus impactos no contemporâneo e no modo como o ser humano irá se relacionar com o outro. Busca-se entender

* Doutor em filosofia. Professor de filosofia da PUC Minas.
** Graduanda em Psicologia – PUC Minas. E-mail: vieirasabrina456@gmail.com
*** Graduanda em psicologia – PUC Minas. E-mail: jordanagreco74@gmail.com

como o ser humano irá alcançar essa imortalidade, de forma digital e também compreender a sua necessidade de permanecer vivo mesmo que seja de forma artificial. Desse modo, o principal objetivo deste trabalho é compreender como será estabelecida a interação entre o ser humano e as máquinas digitais. Primeiramente, percebe-se que o ser humano, desde seus primórdios, busca maneiras diferentes de alcançar a sua imortalidade, procurando diferentes formas de garanti-la, a depender de seu contexto histórico e cultural. Assim, procurou mitos e religiões para suprir o seu desejo durante um longo período; entretanto, no contemporâneo, percebe-se que essa promessa se dá de outro modo: por meio da tecnologia. Dessa forma, o desejo pela imortalidade é renovado e "garantido" por meio das inteligências artificiais e das redes digitais. O conceito de imortalidade digital surge, inicialmente, em contextos de filmes de ficção científica no século XX e, apenas posteriormente, tornou-se um conceito acadêmico discutido por teóricos como Davide Sisto e Carla Sofka. Assim, pelas revoluções tecnológicas e científicas que aconteceram durante o último século, o ser humano percebeu a oportunidade de utilizar essas novas ferramentas tecnológicas como um modo de preservar os vínculos sociais das pessoas que estão vivas com as pessoas que faleceram. Deste modo, a imortalidade digital se apresenta como uma promessa e uma expectativa do ser humano poder manter vivos as memórias e os diálogos com as pessoas que faleceram, preservando a cultura e a história dessas pessoas. Isso pode ser feito por meio do armazenamento digital de tudo o que aquele sujeito criou e viveu ao longo da vida (fotos, vídeos, áudios, documentos, diários, textos) para que, posteriormente, seja criado um avatar que faça parecer com que aquela presença ainda permaneça ativa e, de certa forma, viva. Portanto, percebe-se que a imortalidade digital visa suprir a carência humana, tanto do afeto quanto da dificuldade de encarar a própria finitude, e utiliza a tecnologia para amparar o luto por uma pessoa falecida. Conclui-se que a imortalidade digital, portanto, reconfigura a maneira de como entendemos a vida, a morte e o próprio processo de existência, já que esta será atravessada pelo contato pós-humano com pessoas falecidas.

PALAVRAS-CHAVE: imortalidade digital; pós-humano; finitude; tecnologia; existência humana.

FILOSOFIA, LITERATURA E A SUBVERSÃO MORAL: DIÁLOGOS ENTRE NIETZSCHE E OSCAR WILDE

Marcos Jovanaci Siqueira*

Este trabalho investiga a complexa intersecção entre filosofia e literatura no estudo da moral, utilizando as perspectivas de Friedrich Nietzsche e Oscar Wilde. A pesquisa aprofunda-se na crítica nietzschiana aos fundamentos da moral tradicional e na exploração literária da decadência moral, manifesta tanto na obra quanto na persona de Wilde. Nietzsche desvela a construção histórica e psicológica dos valores morais, questionando sua suposta universalidade e revelando as forças subjacentes que os moldam, frequentemente ligadas a interesses de poder. Sua *Genealogia da moral* expõe como conceitos de bem e mal foram historicamente construídos, não sendo verdades absolutas. Sua elaboração acerca da transvaloração sugere um criar autônomo para além de uma moral fixa e petrificada. Em paralelo, *O retrato de Dorian Gray* de Wilde espelha as tensões entre virtude e vício, beleza e corrupção, e a hipocrisia da sociedade vitoriana, que priorizava as aparências e era extremamente moralista. O romance de Wilde ilustra as consequências existenciais de uma vida hedonista e de rejeição às convenções

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: marcos.js1985@yahoo.com.br.

sociais, ecoando as críticas de Nietzsche à moralidade ascética. O estudo enfatiza que a vida e a produção artística de Wilde são intrinsecamente ligadas; sua figura dândi e existência performática atuam como crítica viva e subversiva às normas estabelecidas. Assim, Wilde desafiou o utilitarismo e o moralismo de sua época, defendendo a arte pela arte e a primazia da estética sobre a ética. A relevância desta abordagem reside em demonstrar como a literatura não apenas ilustra, mas encarna e dramatiza questões filosóficas profundas, oferecendo uma compreensão rica dos desafios éticos contemporâneos. A questão central é a ressonância das críticas de Nietzsche à moral tradicional em Wilde, tanto em sua ficção quanto em sua trajetória pessoal. A hipótese central é que ambos os pensadores, por vias distintas convergem na desestabilização das noções convencionais de moralidade, propondo uma visão crítica da experiência humana e social. A metodologia comparativa articula a análise conceitual dos textos filosóficos de Nietzsche com a interpretação crítica da obra e da vida de Wilde, considerando os contextos intelectuais e biográficos. Espera-se que este estudo contribua significativamente para o diálogo acadêmico sobre as relações entre filosofia e literatura, e para uma reflexão ampliada sobre a conduta humana, explorando como a arte e o pensamento crítico filosófico iluminam as complexidades inerentes à moralidade.
PALAVRAS-CHAVE: Nietzsche; Oscar Wilde; filosofia; literatura; moral.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EMOCIONAL: UMA ANÁLISE ÉTICA DOS *CHATBOTS* RELACIONAIS

Ariel Ribeiro Tolentino*

Este trabalho analisa um dos desenvolvimentos da Inteligência Artificial (IA) contemporânea: os companheiros artificiais na forma de *chatbots*. O foco recai sobre o crescente mercado das Inteligências Artificiais Emocionais (IAEs) que tem como objetivo a criação de produtos implementados com arquitetura afetiva e empática a fim de estabelecer laços e relações com os humanos. Impulsionado pelo avanço dos *Large Language Models* (LLMs) e pelo baixo custo da IA Generativa, o segmento de *chatbots* de função relacional íntima se tornou uma área lucrativa, experimentando uma rápida proliferação. Esses companheiros artificiais, por sua vez, são comercializados com um amplo escopo de atuação, o que constitui um dos seus maiores apelos. Dado o seu caráter hiperpersonalizável – que permite aos usuários moldar a personalidade e traços comportamentais do *chatbot* e o tipo de relação e interação que deseja – e sua linguagem altamente dinâmica e antropomórfica por meio da autorrevelação [*self-disclosure*], os *chatbots* são promovidos como companhias virtuais capazes de estabelecer laços íntimos diversos com os usuários. Suas aplicações estendem-se desde a amizade e relações românticas e sexuais, até a oferta de apoio emocional e mentoria terapêutica. Essa versatilidade e a promessa de intimidade sob demanda explicam a grande adesão e atratividade que esse tipo de produto vem gerando junto aos usuários globalmente. Dado este panorama, este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar dois problemas principais que surgem com esse produto. O primeiro problema diz respeito à atribuição de uma "capacidade empática" a esses agentes artificiais, característica que supostamente lhes capacita a atuarem como agentes relacionais e íntimos com seres humanos. Realiza-se uma análise das limitações atuais de sua arquitetura afetiva e empática e as ambiguidades existentes no campo da computação afetiva. O segundo problema, de caráter ético, surge como consequência do primeiro. Uma vez compreendidas essas limitações, revela-se um desalinhamento entre seu *design* altamente antropomórfico, com

* Mestre em Filosofia – UFOP. E-mail: arieel.rb@hotmail.com.

amplo escopo de ação, e suas capacidades reais de operar de forma ética e responsável nesse espaço relacional íntimo. Finalmente, argumenta-se que as características antropomórficas e de estabelecimento de intimidade desses dispositivos incentivam ativamente a projeção de um *status* moral e agência aos *chatbots* por parte dos usuários. Essa projeção, em virtude do desalinhamento de suas capacidades, acarreta riscos e danos significativos aos usuários uma vez que tais *chatbots* podem assumir um papel de mediação e autoridade moral dentro das relações.
PALAVRAS-CHAVE: inteligência artificial; computação afetiva; companheiros artificiais; capacidade empática; status moral.

A PROPOSIÇÃO *OMNIS HOMO DE NECESSITATE EST ANIMAL* NA METAFÍSICA TOMISTA: NECESSIDADE ONTOLÓGICA E IMPLICAÇÕES ÉTICAS

Mario Cesar de Barros Gonche*

Na segunda metade do século XIII, a recepção do pensamento aristotélico no Ocidente latino provocou uma inflexão decisiva na Filosofia, especialmente nos domínios da Metafísica e da Lógica. No centro desse movimento, Tomás de Aquino (1225-1274), influente teólogo e filósofo da Ordem Dominicana, emergiu como um dos principais organizadores conceituais da tradição cristã diante das exigências do realismo aristotélico. Em suas obras, a intersecção entre ontologia e linguagem é tratada com notável rigor, sobretudo no que tange à relação entre os predicados lógicos e a constituição real do *ens* (ente). A hipótese de que a proposição *omnis homo de necessitate est animal* (todo homem é necessariamente um animal), sofisma latino que a tantos intelectuais medievos instigou, exprime não apenas uma necessidade lógica, mas também uma verdade ontológica, encontrando fundamento no núcleo do realismo tomista, enraizado na tradição aristotélica. Tomás de Aquino, ao compreender a essência do ser humano, considera que a predicação universal não se reduz a uma convenção linguística, mas exprime a estrutura real da natureza humana. Inserir a dimensão ética nesta análise é de grande relevância, pois Aristóteles (1991, p. 1098a) já havia afirmado em sua obra *Ética a Nicômaco* que "o bem humano é a atividade da alma conforme a virtude", indicando que a própria definição do homem como ser racional aponta para uma finalidade moral. Em continuidade, Tomás (2001, p. 67) em sua *Suma teológica* estabelece que "o primeiro princípio da lei natural é que o bem deve ser feito e buscado, e o mal evitado", o que demonstra que a necessidade ontológica expressa pela proposição também possui consequências normativas para a vida prática. A pertinência desta investigação está, portanto, em articular a necessidade metafísica da essência humana com sua dimensão ética, preservando a centralidade da metafísica tomista enquanto fundamento. Essa abordagem não apenas reforça a inteligibilidade da proposição em estudo, mas também abre espaço para compreender como a definição essencial do homem enquanto *animal rationale* se reflete no agir humano. Tal articulação sustenta a proposta de que a verdade ontológica expressa pela predicação universal possui desdobramentos que vão além da teoria, iluminando o campo da moral.
PALAVRAS-CHAVE: metafísica tomista; necessidade ontológica; essência humana; ética aristotélico-tomista; realismo filosófico.

* Graduado em Filosofia – Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA). E-mail: prof.mariogonche@gmail.com.

GRUPO 5: METAFÍSICA E FENOMENOLOGIA
Moderador: Prof. Dr. Clécio Luiz Silva Júnior
14h-17h – Sala 111

DASEIN UND ZEITLICHKEIT: A PROPOSTA ONTOLÓGICO-FUNDAMENTAL DE MARTIN HEIDEGGER EM *SER E TEMPO*

Jorge Eduardo Pineda Carrillo*

Em *Ser e tempo* [*Sein und Zeit*], Martin Heidegger realiza uma investigação profunda sobre o sentido do ser, centrando-se na analítica existencial do *Dasein*, o ente cujo modo de ser consiste na compreensão de si mesmo no horizonte das *Ekstasen* (ἐχστατιχόν) temporais. Para Heidegger, a temporalidade (*Zeitlichkeit*) não se reduz ao tempo cronológico (χρόνος), mas constitui o horizonte ontológico que permite a projeção e constituição do *Dasein*. Essa concepção transforma a temporalidade em condição fundamental para a existência, possibilitando que o *Dasein* se situe de modo próprio em relação ao ser e à sua abertura no mundo, revelando a estrutura que fundamenta sua existência. O estudo da temporalidade do *Dasein* constitui um caminho privilegiado para compreender a proposta ontológico-fundamental de Heidegger acerca dos modos de ser (*Seinsweisen*), das estruturas fundamentais (*Existenzialien*) e dos modos de existência (*Existenzweisen*). Distanciando-se de concepções lineares de tempo, a abordagem heideggeriana evidencia a temporalidade como condição de possibilidade (*Möglichkeit*) e abertura (*Erschlossenheit*) do ser em relação ao *Dasein*. A *Zeitlichkeit* articula, assim, a existência com seu horizonte ontológico, oferecendo uma perspectiva rigorosamente filosófica sobre a condição humana e sobre a constituição do ser. Heidegger enfatiza que a temporalidade constitui também o sentido ontológico da preocupação (*Sorge*), estruturando a existência como unidade de passado, presente e futuro, nas dimensões do Ser-do-sido (Passado, *Gewesenheit*), do Sendo (Presente, *Gegenwart*) e do que será (Futuro, *Zukunft*). É a articulação dessas dimensões que permite ao *Dasein* projetar-se, assumir responsabilidade por sua própria existência e relacionar-se de modo próprio ou impróprio com o mundo, revelando a profundidade de sua condição ontológica. A análise da temporalidade evidencia a originalidade da proposta heideggeriana e fornece fundamentos para reflexões contemporâneas sobre finitude, abertura e modo próprio ou impróprio de existir. Ao mostrar a interdependência entre passado, presente e futuro, a *Zeitlichkeit* constitui o eixo central para compreender o *Dasein* e fundamenta o sentido ontológico do cuidado (*Sorge*), demonstrando que o ser humano só se entende plenamente a partir de sua temporalidade ekstática. Essa perspectiva reafirma a importância da ontologia fundamental como disciplina capaz de iluminar a existência humana em toda sua complexidade e profundidade.
PALAVRAS-CHAVE: *Dasein*; temporalidade; cuidado; finitude; analítica-existencial.

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: eduardopi761@gmail.com.

O COTIDIANO SER-AÍ E O FENÔMENO DA ANGÚSTIA, EM *SER E TEMPO*: ESQUECIMENTO E MEMÓRIA DE SER

Paulo Henrique Alves de Souza*

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, à luz da analítica existencial de *Ser e tempo* (1927), de Martin Heidegger, a estrutura do ser-aí cotidiano e o fenômeno da angústia como possíveis momentos constituídos de esquecimento (velamento) e memória (desvelamento) de ser. Em primeiro lugar, tendo por base o §38 (cujo título é *Das Verfallen und die Geworfenheit* – A decadência e o jogado), buscamos compreender como, na cotidianidade, o ser-aí encontra-se absorvido pela publicidade do mundo e entregue à impessoalidade de a-gente (*das Man*). Nesse sentido, na existência cotidiana, os modos de ser do ser-aí (falatório, curiosidade e ambiguidade) constituem o nexo estrutural da decadência que, enquanto caráter fundamental da cotidianidade, designa a absorção do ser-aí no mundo fático sedimentado. Nessa absorção cotidiana, voltada para a ocupação (*Besorgen*) do mundo e para a preocupação (*Fürsorge*) com os outros, o ser-aí foge de si mesmo. Conforme aponta o nosso filósofo em *Ser e tempo* (1967, p. 184), a absorção no impessoal e no mundo da ocupação manifesta algo assim como uma fuga do ser-aí diante de si mesmo como sua possibilidade de ser si mesmo mais próprio. Desse modo, vivendo conforme a dinamicidade do mundo, ele esquece de seu ser. Em um segundo momento, visa-se apontar como o fenômeno da angústia, descrito por Heidegger no §40 (*Die Grundbefindlichkeit der Angst als eine ausgezeichnete Erschlossenheit des Daseins* – O encontrar-se fundamental da Angústia como uma assinalada abertura do ser-aí), pode romper esse movimento de esquecimento. Conforme indica Heidegger no §40 (2012b, p. 525), é justamente a angústia que retira do ser-aí a possibilidade de, no decair, compreender-se somente a partir do mundo e do impessoal. Ela, diferentemente das tonalidades afetivas cotidianas, é a mais fundamental, pois por meio dela o ser-aí se percebe em um estado de desterro, de desenraizamento. Nessa esteira, o ser-aí angustiado se vê, pela primeira vez, diante do ente que ele mesmo é. Diante, pois, de sua indeterminação, o caráter de poder ser do ser-aí se apresenta originariamente, o que significa dizer que, por meio da angústia, manifesta-se nesse ente a sua possibilidade mais própria: ser livre para a liberdade de escolher a si mesmo e se possuir. Assim, o fenômeno da angústia surge como uma possibilidade de "memória de ser" entendida não como recordação psicológica, mas como rememoração existencial daquilo que, na decadência, permanecia encoberto.
PALAVRAS-CHAVE: existência; decadência; angústia; compreensão; ser-no-mundo.

A FENOMENOLOGIA DA TEIA DAS RELAÇÕES HUMANAS E O CARÁTER PROCESSUAL DA AÇÃO NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

Jose Luiz de Oliveira**

Objetiva-se com este nosso trabalho explicitar que há uma teoria da ação em Hannah Arendt que enfatiza uma fenomenologia configurada por meio da teia das relações humanas. Nessa metáfora da teia das relações humanas, a pensadora busca demonstrar que nela se faz presente a utilização do discurso e da ação conjunta. Nesse sentido, aparecemos um aos outros pela via

* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: ph.desouza2910@gmail.com.

** Doutor em Filosofia. Professor de Filosofia da UFSJ. E-mail: jlos@ufsj.edu.br.

da pluralidade, cuja principal característica é a garantia da revelação na ação e no discurso. Na perspectiva arendtiana ser e aparência coincidem. O aparecer e o revelar-se aos outros ocorre em um espaço de união que se apresenta como precondição para que ocorra o desvelamento do agente [*agent-revealing*]. Para Arendt, esse tipo de desvelamento do sujeito se manifesta como parte integrante do todo. Assim, alguém unido a outras pessoas, ao desvelar algo, não desvela para si mesmo, desvela para os outros. Trata-se de um tipo de revelação que diz respeito às questões do mundo das coisas onde os homens cotidianamente se movimentam, ou seja, a pensadora herdeira da fenomenologia de Edmund Husserl se refere a um mundo que se interpõe fisicamente entre os que agem e falam, bem como dos interesses específicos que ocorrem nos espaços da mundanidade. Nessa perspectiva, não há como admitir que possa haver qualquer discurso ou ação que não interfira diretamente na vida de todos os envolvidos no seio de um determinado espaço público. A compreensão de Arendt a respeito do espaço público é a de que ele não se configura como espaço do eu isolado, mas pelo espaço-entre [*inter homines esse*]. Com efeito, tem-se um espaço constituído de atos e palavras, cuja origem se deve unicamente ao agir e ao falar assumido por seres humanos que se dirigem uns aos outros. A ação humana, uma vez caracterizada pela pluralidade, é sustentada pelo conceito de processo, pois, para Arendt, só é possível conceber a natureza e a história admitindo-os como sistemas de processos, porque somos seres capazes de agir e de iniciar novos processos. Dessa maneira, não temos como prever as consequências que um ato e uma palavra podem desencadear, isto é, em espaços de aparência ocorrem atos que, uma vez praticados, passam a ter consequências caracterizadas pela imprevisibilidade e irreversibilidade. Podemos dizer que há uma fenomenologia da ação em Arendt que ocorre por meio da teia das relações humanas, sob as quais ocorre a revelação do que somos.

PALAVRAS-CHAVE: ação; espaço; fenomenologia; revelação; teia.

O CORPO COMO UM CAMINHO TELEOLÓGICO EM EDITH STEIN

Tarcísio Victor Taveira*

Em um cenário ainda marcado pelo dualismo corpo-mente e por reducionismos que explicam o ser humano apenas por dimensões biológicas ou psicológicas, o pensamento de Edith Stein se apresentou a seu tempo como proposta plausível. Sua reflexão busca compreender a pessoa em sua totalidade, articulando o rigor da fenomenologia, a profundidade da filosofia clássica e escolástica e, num momento posterior, as intuições da teologia. No centro dessa análise está a corporeidade, entendida não como elemento acessório, mas como dimensão fundante da experiência pessoal, da relação com o outro e do acesso ao mundo. O corpo é sensível não apenas por experimentar estímulos externos, mas também por sentir a si mesmo. É, por assim dizer, um corpo sensível por dentro e por fora, e está continuamente sentindo, não apenas em sua superfície, e não apenas quando é afetado por estímulos externos. Por isso, Stein distingue o *Körper* (corpo físico) do *Leib* (corpo vivido), este último sendo a base da subjetividade e condição para a empatia. Stein inclusive considera a manifestação do anímico e do espiritual por meio do corpo. Tal compreensão sustenta uma antropologia filosófica que concebe o ser humano como unidade de corpo, alma e espírito e como "espírito originalmente encarnado", sendo o corpo vivido *Durchseelter* (permeado pela alma). Essa visão, enriquecida pela tradição filosófica cristã, abre espaço para o diálogo entre a filosofia da religião e teologia, sobretudo nos mistérios da Criação, o homem como microcosmo do universo; da Encarnação, Cristo

* Graduado em Filosofia – PUC Minas. E-mail: tarcisio_vitort@hotmail.com.

elevando a dignidade da carne; e da Redenção, a graça que se comunica e transforma por meio da corporeidade. A corporeidade, inicialmente descrita em termos antropológicos, adquire, assim, um sentido teológico como expressão da graça. Superando dualismos históricos, Stein propõe a integração entre sensível e espiritual, imanente e transcendente, seguindo um "caminho anagógico" que parte da observação fenomenológica do real e conduz à contemplação do fundamento último. Sua reflexão sobre corpo e pessoa permanece atual, pois mostra que o mistério do ser humano está intrinsecamente ligado ao mistério do corpo vivido, porta e símbolo da alma e do espírito que se orienta para a verdade e para a graça, o que pressupõe um caráter teleológico mesmo naquilo que há de mais imediato e elementar da existência humana como o corpo.
PALAVRAS-CHAVE: corpo; fenomenologia; filosofia da religião; anagogia; teleologia.

KANT E O RESGATE DO PENSAMENTO METAFÍSICO: UMA LEITURA FENOMENOLÓGICA DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

Euder Daniane Canuto Monteiro*

Partindo do pensamento kantiano, tomando por base, especialmente, a *Crítica da razão pura*, e mais precisamente, a Dialética transcendental, apresenta-se, neste trabalho acadêmico, uma defesa e demonstração da necessidade de um autêntico exercício do pensar. Esse pensar é entendido, no curso deste estudo, como aquela disposição natural da razão, tal como descrita por Kant em sua *Crítica* e identificada como a Metafísica em seu sentido originário, isto é, como a atividade de pensar que não se reduz ao mero conhecimento ou à ética. Visando resgatar a importância do pensamento metafísico em Kant, analisa-se a *Crítica da razão pura* sob uma perspectiva fenomenológica, sobretudo, a partir de uma leitura heideggeriana, e destaca-se sua relevância para os desafios contemporâneos. Nesse sentido, analisa-se o pensamento kantiano para perceber se os elementos presentes nele fundamentam, de fato, a hipótese levantada; investiga-se, a partir, sobretudo, da *Crítica da razão pura*, como emerge a relação entre conhecimento e pensamento; repropõe-se o pensamento kantiano como uma possibilidade concreta de resgate do autêntico exercício do pensar, entendido como disposição natural da razão e, por conseguinte, como real exercício metafísico do sujeito racional; apresenta-se, à luz de uma leitura fenomenológica da obra de Kant, o pensamento como elemento fundante do conhecimento. O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro momento, aborda-se acerca da possibilidade do conhecimento e de como este se distingue do pensamento, trilhando os caminhos dos elementos que, segundo Immanuel Kant, constituem o conhecimento, a saber, a sensibilidade e o entendimento. Num segundo momento, são apresentados os aspectos preliminares da proposta kantiana acerca do pensamento, procurando delimitar e conceituar o que seja de fato o pensamento em Kant, ressaltando, nesse sentido, o posicionamento kantiano acerca da importância do pensamento. No terceiro momento, apresenta-se a leitura de Heidegger e de Hannah Arendt da proposta de Kant e, enfim, propõe-se a defesa e demonstração da necessidade de um pensamento metafísico autêntico, explicitando em que consistiria esse modo inédito de fazer metafísica, aos moldes propostos por Kant, e enfatizando o viés específico de nossa pesquisa que visa, sobretudo, ao resgate da valorização do livre exercício do pensar.
PALAVRAS-CHAVE: metafísica; pensamento; conhecimento; leitura fenomenológica; razão.

* Doutor em Filosofia. Professor da Faculdade Dom Luciano Mendes. E-mail: edcmonteiro@yahoo.com.br.

GRUPO 6: METAFÍSICA E TECNOCIÊNCIA
Moderador: Prof. Paulo Andrade Vitória
14h-17h – Sala 110

O PAPEL DA METAFÍSICA NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A ESTRUTURA DA REALIDADE

Paulo Andrade Vitória*

O principal objetivo desta apresentação é defender a ideia de que pressuposições e especulações metafísicas estão presentes na ciência e são importantes para o seu desenvolvimento. Algumas dessas especulações estão localizadas principalmente no domínio da Ontologia, que trata, de acordo com Quine, das coisas que existem e compõem a estrutura da realidade. Meu objetivo é defender essa ideia, no contexto da filosofia da ciência, considerando o debate entre os Positivistas Lógicos do Círculo de Viena (1929) e Karl Popper (1934, 1963) sobre o lugar da Metafísica na Ciência. Esse debate é motivado principalmente pelo chamado problema da demarcação, que consiste em investigar se existem critérios objetivos para separar ciência de metafísica. Os Positivistas Lógicos, do Círculo de Viena estabeleceram como critério de demarcação o *verificacionismo*. De acordo com esse critério, uma proposição deve ser considerada científica se é passível de ser verificada empiricamente, isto é, uma proposição pode ser tomada como científica mediante suas condições empíricas de verdade. Diante desse critério, defendem que as proposições da Metafísica são pseudoproposições. Ayer, por exemplo, considera que as disputas metafísicas tradicionais da filosofia são infrutíferas e infundadas, opondo-se à tese de que a Metafísica seja capaz de nos fornecer conhecimento de uma realidade que transcende o mundo da Ciência e do senso comum. O problema é que o critério de demarcação oferecido pelo Positivismo Lógico gera consequências desastrosas para o trabalho da Ciência. Vamos considerar o caso da Física. Os físicos fazem uso de diversos termos teóricos que não são passíveis de observação direta, as chamadas entidades inobserváveis. Se usarmos com rigor o critério do verificacionismo, teremos de retirar da Física todos os conceitos que se referem a entidades não observáveis, tais como: átomos, partículas subatômicas (quarks e glúons), campo gravitacional, função de onda, espaço-tempo, matéria escura e energia escura. Teríamos de abrir mão de nossas melhores teorias. Isso travaria o progresso da Física, pois trata-se de entidades fundamentais para a construção de teorias e explicações dos fenômenos. Além disso, o critério do verificacionismo engessa a criatividade do cientista, já que não seria possível extrapolar o domínio empírico para a elaboração de hipóteses e teorias. Físicos como Planck reconhecem inclusive o papel dos experimentos intelectuais. Esses experimentos são cenários imaginários utilizados por físicos para explorar e testar conceitos teóricos da Física sem a necessidade de experimentos. Ele considera que os experimentos intelectuais levam a mente do investigador além do mundo e dos instrumentos de medição. Isso porque esses experimentos fornecem hipóteses e geram questões que, quando verificadas pelo experimento real, capacitam a mente a perceber novas leis, mesmo quando estas não admitem medição direta (Planck, 1963, p. 27). Desse modo, defendemos, como Popper, que as especulações metafísicas são fundamentais para o desenvolvimento de teorias científicas.
PALAVRAS-CHAVE: metafísica; ontologia; ciência; teoria; entidades.

* Doutor em filosofia. Professor do Departamento de Filosofia da PUC Minas. E-mail: pauloandradebh@gmail.com.

O PARADOXO DA "OPINIÃO FALSA": UM IMPASSE NA BUSCA PLATÔNICA PELA DEFINIÇÃO DO CONHECIMENTO EM *TEETETO*

Tiago José Quadros Pereira*

O diálogo *Teeteto*, de Platão, apresenta-se como uma das investigações mais densas e filosoficamente desafiadoras sobre a natureza do conhecimento. Nele, Sócrates conduz uma análise crítica das definições tradicionais de conhecimento e introduz o chamado paradoxo da opinião falsa (pseudés dóxa), momento decisivo em que se evidencia a insuficiência da identificação entre conhecimento e opinião verdadeira (alethés dóxa). A questão central reside na dificuldade de explicar como é possível pensar falsamente sem incorrer na impossibilidade lógica de pensar o que "não é". A tentativa de explicar o erro como confusão entre entes igualmente existentes não resolve o problema, pois esbarra na aparente contradição de se pensar aquilo que não se conhece, ou de confundir um ente com outro sem possuí-los cognitivamente. Tal impasse exige, portanto, uma investigação mais profunda dos fundamentos do pensamento. A análise das metáforas do bloco de cera (kêrinos ekmagêion) e da gaiola dos pássaros (peri stereôná) propõe modelos conceituais da alma e do pensamento que buscam elucidar como a falsidade é possível mesmo diante de conteúdos verdadeiros e presentes na mente. O bloco de cera simboliza a memória (mnéme) como receptáculo de impressões sensíveis e intelectuais, cuja qualidade (pureza, dureza ou maleabilidade) determina a precisão da recordação e a possibilidade do erro. Já o aviário representa a alma como um espaço dinâmico onde os conhecimentos, como pássaros, podem ser capturados, armazenados e manejados; o erro ocorre quando se apanha o pássaro errado – ou seja, quando se acessa ou confunde equivocadamente uma ideia já presente, gerando juízos falsos mesmo com base em conteúdos reais. A aporia da opinião falsa, longe de significar um fracasso argumentativo, aponta para a necessidade de uma estrutura ontológica que fundamente a diferença e a multiplicidade no pensar, tornando possível o erro sem que isso implique a anulação do ser. A conclusão é que a definição do conhecimento como opinião verdadeira carece de um critério de justificação: o lógos. Assim, o *Teeteto* prepara o caminho para a Teoria das Ideias, na qual Platão propõe uma ontologia capaz de distinguir a dóxa do verdadeiro saber. Pensar, portanto, não é apenas opinar: é organizar, recordar e julgar corretamente à luz da verdade.
PALAVRAS-CHAVE: *Teeteto*; Platão; opinião falsa; ontologia; teoria das ideias.

A ATIVIDADE CRIADORA DO DEMIURGO NO *TIMEU*: O MUNDO COMO PARTICIPANTE DO BEM

Juan Vitor Moreira Silva*

O *Timeu* é, entre os diálogos platônicos, o dedicado à cosmologia e às ciências naturais. Nele, Platão apresenta a concepção do deus-artífice (Demiurgo) e sua atividade criadora do universo visível. Diferentemente da noção criacionista cristã em que tudo é criado a partir do nada (*ex nihilo*), o artífice platônico não cria do nada, mas ordena o universo visível a partir de um modelo (arquétipo), fundando-se na Ideia do Bem (τὸ ἀγαθόν). Segundo Platão, o modelo utilizado pelo Demiurgo é idêntico e imutável, pois apenas ao contemplar o eterno é possível

* Graduado em Filosofia – PUC Minas. E-mail: tiagoquad11@gmail.com.
* Graduando em Filosofia – PUC Minas. E-mail: juandrummer22@gmail.com.

ordenar o que se encontra em devir. Por isso, o universo surge como a mais bela das obras (*Timeu*, 2010, 29a). O ateniense descreve o deus como o melhor das causas, bom, desprovido de qualquer maldade, desejante e atuando sempre em função da Ideia do Bem. O Demiurgo desejou que tudo o que viesse a existir fosse o mais semelhante possível a si mesmo, de modo que todas as coisas fossem boas e não más (*Timeu*, 2010, 30a). Assim, todo o universo visível e tangível foi criado segundo a disposição de Bem. Para o filósofo, o artífice é dotado de inteligência e se assemelha a um escultor que, para produzir sua obra, necessita de um modelo (*Timeu*, 2010, 28b). A partir desse princípio, o vir a ser – isto é, o universo visível, tangível e gerado – constitui-se como imagem do modelo eterno (*Timeu*, 2010, 28b-c), sendo imagem, ele participa do Bem recebendo do Arquétipo suas propriedades essenciais. Entre elas destacam-se: a inteligência, que lhe confere a beleza própria de todo ser dotado de razão; a unicidade, uma vez que o vivente completo, tomado como modelo, é único; a perfeição da composição, pela qual a obra gerada se apresenta como a mais bela e íntegra possível; e, por fim, a indissolubilidade, decorrente de sua unidade interior e da harmonia assegurada pela proporção. Portanto, é essencial compreender a criação demiúrgica apresentada no *Timeu* para aprofundar o entendimento metafísico e ético em Platão. A realidade do vir a ser, mesmo sendo criada da melhor forma possível, impõe ao ser humano limitações inerentes. Por isso, é fundamental viver da melhor maneira possível, cultivando, sobretudo, a virtude interior, amando a Justiça e tomando o Bem como medida, tal como o faz o seu Artífice.

PALAVRAS-CHAVE: criação; cosmologia; modelo; vivente.

O MÉTODO TRANSCENDENTAL DE BERNARD LONERGAN

Victor Hugo Silva*

Esta proposta de comunicação visa apresentar, no horizonte do pensamento de Joseph Francis Bernard Lonergan (1904-1984), o seu conceito de Método Transcendental. Bernard Lonergan, como filho de seu tempo, ensejou um diálogo profícuo com a sua época, buscando apontar, para a inteligência humana, o lugar comum de encontro e diálogo entre a Ciência Moderna e a Filosofia, ensejando superar a gravíssima crise entre pensamento científico e pensamento filosófico. Partindo de uma premissa comum, que ambas buscam enxergar a realidade por meio da percepção inteligente e do juízo racional e não simplesmente como um conjunto de elementos aleatórios, a Ciência e a Filosofia têm em comum a lógica da descoberta, o desejo de conhecer, a busca pelo conhecimento. Diante desse pressuposto, o autor propõe um método estruturado, chamado de Método Transcendental, que se articula a parir de um esquema normativo de operações recorrentes e inter-relacionadas. Lonergan, com o Método Transcendental, fornece um componente antropológico de base, comum a todo ser humano. Ele o desenvolve, de forma eminente e sistemática, em *Insight*: um estudo do conhecimento humano (1957) e, posteriormente, em *Método em teologia* (1971), suas principais obras. Nelas, Lonergan apresenta, tendo como ponto de partida a análise da consciência humana, as quatro operações fundamentais que compõem o processo do conhecimento: experiência, entendimento, juízo e decisão. Em primeiro lugar, na experiência, tem-se a apreensão dos dados. Em segundo lugar, no entendimento, obtém-se a compreensão dos dados apreendidos. Em terceiro lugar, no juízo, opera-se a aceitação ou a rejeição das hipóteses levantadas pelo entendimento para explicar os dados apreendidos. E, em quarto lugar, na decisão, como instância de concretização do juízo realizado. Essas operações se articulam em uma sequência

* Graduando em Filosofia – FAJE. E-mail: viitorsilva.hugo@gmail.com.

invariável que, independente da realidade inteligível, possui raízes na estrutura constitutiva do sujeito cognoscente. Partindo de duas perguntas: "o que acontece quando conhecemos?" (Teoria Cognitiva) e "o que se conhece quando tal acontece?" (Epistemologia e Ontologia), apresentaremos o itinerário do Método Transcendental pensando por Bernard Lonergan. O objetivo central do filósofo canadense é, em última análise, conduzir o sujeito cognoscente a realizar o processo de autoapropriação, isto é, a tornar-se consciente de suas próprias operações cognitivas e existenciais, que só será possível caso o próprio sujeito o faça com atenção, inteligência, racionalidade e responsabilidade.
PALAVRAS-CHAVE: Bernard Lonergan; método transcendental; ciência moderna; consciência; autoapropriação.

ENTRE VERDADE E MENTIRA: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SEGUNDO NIETZSCHE

Wesley Afonso*

Friedrich Nietzsche, em *Sobre verdade e mentira em sentido extramoral*, desafia a noção metafísica de uma verdade objetiva e imutável, propondo que o que chamamos de verdade é, na realidade, uma construção humana derivada de necessidades práticas. O intelecto, longe de buscar a essência última da realidade, surge como instrumento de sobrevivência: sua função primordial é criar ficções úteis, metáforas e convenções que possibilitem a vida em sociedade. Nesse contexto, a verdade se revela menos como descoberta da realidade e mais como invenção coletiva, esquecida em sua origem ilusória e tomada como natural. O ponto de partida metafísico de Nietzsche é o questionamento radical sobre a possibilidade de acesso ao em-si do real. Para ele, a linguagem, base de toda a elaboração conceitual, não reflete a essência das coisas, mas as reduz a categorias generalizadas que simplificam a multiplicidade e singularidade do mundo. Cada conceito é fruto de uma "igualação do desigual", isto é, um processo de abstração que, ao eliminar diferenças concretas, impõe uma ordem artificial. Essa crítica ao estatuto metafísico da linguagem abre espaço para compreender a verdade como um sistema de metáforas desgastadas, cuja origem inventiva foi esquecida. No plano ético, Nietzsche introduz a tensão entre o homem racional e o homem intuitivo. O primeiro busca segurança e estabilidade por meio de regras e previsões, subordinando-se a convenções sociais que garantem a convivência, ainda que ao custo de limitar sua relação com a vida. O segundo, por sua vez, assume uma postura criativa, estética e livre diante do caos, encontrando valor na intensidade da experiência e não em sua categorização abstrata. Essa oposição revela o conflito ético entre viver conforme as normas de uma coletividade ou afirmar a vida em sua singularidade criadora. Por fim, a análise de Nietzsche evidencia que a verdade é também produto de relações de poder. A sociedade estabelece um "tratado de paz" ao definir o que deve ser aceito como verdadeiro, e aqueles que detêm poder influenciam diretamente essas convenções. Assim, a ética da verdade mostra-se inseparável de sua dimensão política e pragmática. Longe de ser valor absoluto, a verdade se apresenta como estratégia de coesão social e de ordenamento das relações humanas.
PALAVRAS-CHAVE: verdade; metáfora; intelecto; convenções sociais; ética; poder; Nietzsche.

* Graduado em Filosofia – PUC Minas. E-mail: wesafonso.ro@gmail.com.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 2004.

ARISTÓTELES. **Etica nicomachea**. Ed. C. Mazzarelli. Milano: Rusconi, 1998.

ARISTÓTELES. **Metafisica**. Ed. G. Reale. Milano: Vita e Pensiero, 1995.

BERLIN, I. Two concepts of liberty. *In*: BERLIN, I. **Four essays on liberty**. Oxford: Oxford University, 1969.

CHAUÍ, M. de S. **Nervura do real**: imanência e liberdade em Espinosa. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CONSTANT, B. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *In*: CONSTANT, B. **Filosofia Política 2**. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 09-25.

ESPINOZA, B. de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FIGAL, G. **Martin Heidegger**: fenomenologia da liberdade. R. J.: Forense Universitária, 2005.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GILBERT, P. **Violence et compassion**: essai sur l'authenticité d'être. Paris: Le CERF, 2009.

HABERMAS, J. Freiheit und Determinismus. **Deutsche Zeitschrift für Philosophie**, [*s. l.*], 52. p. 871-890, 2004.

HARTMANN, N. **A filosofia do idealismo alemão**. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1983.

HAYEK, F. A. Von. **Legge, legislazione e libertà**. Critica dell"economia pianificata. Milano: Il Saggiattore, 2010.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia delle scienze filosofiche**. Roma-Bari: Laterza, 1994.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da história**. Brasília: UnB, 1995.

HEIDEGGER, M. **Schelling**. Napoli: Guida, 1998.

HEIDEGGER, M. **Von Wesen der Wahrheit**. Frankfurt: Klostermann, 1997.

HOBBES, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1997. (Os pensadores).

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. São Paulo: Edipro, 2003.

KANT, I. **Critica del giudizio**. Bari: Laterza, 1997.

KANT, I. **Critica della ragion pratica**. Milano: TEA, 1996.

KANT, I. **Critica della ragion pura**. Milano: TEA, 1996.

LEIBNIZ, G. W. **Dicours de métaphysique et correspondance avec Arnauld**. Paris: Vrin, 1957.

LÉVINAS, E. **Altrimenti che essere o al di là dell'essenza**. Milano: Jaca Book, 1997.

LÉVINAS, E. **Totalità e infinito**. Saggio sull'esteriorità. Milano: Jaca Book, 1998.

LOCKE, J. **Secondo tratato del Governo**. Milano: Rizzoni, 1998.

MERLEAU-PONTY, M. A liberdade. *In*: MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MILL, S. J. **Saggio sulla libertà**. Milano: Il saggiatore, 2009.

NIETZSCHE, F. Jenseits von Gut und Böse. Vorspiel einer Philosophie der Zukunft. *In*: NIETZSCHE, F. **Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe in 15 Bänden**. München: W. Gruyter, 1980.

NIETZSCHE, F. Morgenröthe: Gedanken über die moralischen Vorurtheile. *In*: NIETZSCHE, F. **Sämtliche Werke**: Kritische Studienausgabe in 15 Bänden. III. München: W. Gruyter, 1980.

OLIVEIRA, I. V. de. Discurso sobre Deus, substância e liberdade nas correspondências entre Leibniz e Arnauld, **Síntese**, v. 34, n. 108, p. 79-100, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Revolução pragmático-linguística da filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1997.

PAIVA, A. M. de. **A liberdade como horizonte da verdade segundo M. Heidegger**. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1998.

PAREYSON, L. **Ontologia della libertà**. Il male e la sofferenza. Torino: G. Einaudi, 1995.

RAWLS, J. **A theory of justice**. Cambridge: Harvard University, 2009.

ROLDÁN, C. Liberdad, virtud y felicidad: conceptos éticos para una metafísica determinista. *In*: DOMINGUES, A. (org.). **La ética de Spinoza**. Fundamentos y significado. La Manche: Univ. de Castilla-La Manche, 1992, p. 87-96.

RORTY, R. **Contingency, irony, and solidarity**. Cambridge: Harvard University, 1989.

RORTY, R. **Take care of freedom and truth will take care of itself** (Interviews With Richard Rorty). Standford: Stanford University, 2006.

ROUSSEAU, J.-J. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, 1973.

SARTRE, J.-P. **L'essere e il nulla**. Milano: Il Saggiatore, 1997.

SCHELLING, F. W. J. **Sull'essenza della libertà**. (Tedesco a fronte). Milano: Rusconi, 1996.

TOMÁS DE AQUINO. **Somme contre lês gentils**. La création. Paris: Flammarion, 1999.

TONIETTO, G. **La libertà in questione**: uno studio su e altre Aristotele. Milano: Mimesis, 2008.

VAZ, H. C. L. A liberdade e o absoluto. *In*: VAZ, H. C. L. **Escritos de filosofia VII**. Raízes da modernidade. São Paulo: Loyola, 2002.

VAZ, H. C. L. **Escritos de filosofia IV**. Introdução à ética filosófica 1. São Paulo: Loyola, 2008, p. 377-380.

VAZ, H. C. L. **Escritos de filosofia VII**. Raízes da modernidade. São Paulo: Loyola, 2002.

VERNAGLIONE, P. **Il liberalismo. La teoria, gli autore, le politiche.** Soveria Mannelli: Rubbettino, 2003.